

Após desgaste, Haddad fala em imposto digital sem repasse ao consumidor

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na tarde de quinta-feira (20) que o governo planeja adotar o chamado “digital tax” (imposto digital), sobre encomendas do comércio eletrônico.

“Queremos seguir o exemplo dos países desenvolvidos, adotando o que eles chamam de ‘digital tax’. Quando o consumidor comprar online ele estará desonerado de qualquer recolhimento, que terá sido feito pela empresa, sem repassar o custo para o consumidor”, disse o ministro.

Na entrevista aos jornalistas, o ministro não deu detalhes sobre a nova proposta e não foi definido o valor a partir do qual a cobrança será feita.

A ideia não é criar um

novo imposto, mas aprimorar o sistema de cobrança dos impostos que já existem para facilitar a cobrança eletrônica “na fonte”, antes do envio das mercadorias.

Haddad se reuniu em São Paulo com o vice-presidente-executivo da Shein, Donald Tang, e outros executivos, em encontro intermediado pelo presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Josué Gomes.

A sugestão de adotar o “digital tax” ocorre após após um desgaste que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passou nos últimos dias.

Na terça-feira (18), o governo teve de recuar do fim da isenção do imposto de importação para encomendas de até US\$ 50 (R\$ 247) remetidas por pessoas físicas e

destinadas também a pessoas físicas. Segundo Haddad, o presidente Lula pediu que a equipe econômica desistisse da proposta.

O ministro petista tem reforçado que o governo busca medidas para melhorar a fiscalização e impedir que empresas gigantes do comércio eletrônico internacional não se aproveitem de brechas para ter benefícios e isenções fiscais.

“Nós queremos investimentos estrangeiros, nós apreciamos o comércio eletrônico, nada contra, mas nós queremos condições competitivas para que nós não prejudiquemos empregos no Brasil, as lojas do varejo brasileiro, nós queremos que as pessoas tenham as mesmas condições”, disse Haddad.

Douglas Gravas/Folhapress



Economia



Com Campos Neto na plateia, Pacheco diz que Brasil está obstinado por queda nos juros

Página - 03

Incômodo com juros altos bate recorde na indústria, diz CNI

Página - 03



As startups gastam muito com marketing. Esse VC quer otimizar o processo

Pg - 05



Facily, o unicórnio que encolheu 90%, tenta um recomeço

Pg - 05



Política

Haddad diz que Shein deve nacionalizar 85% das vendas no Brasil

Página - 04

Convite a Tarcísio para ato de 1º de Maio gera rúsgas entre sindicalistas

Página - 04

No Mundo

Zelensky pressiona Otan e pede para a Ucrânia ser convidada a integrar aliança



O presidente Volodymyr Zelensky disse, na quinta-feira (20), que é hora de a Otan tomar a decisão política de convidar a Ucrânia para se juntar à aliança militar, e que Kiev quer saber quando ela se tornará um membro.

O líder ucraniano disse em uma coletiva de imprensa conjunta em Kiev com o chefe da Otan, Jens Stoltenberg, que uma cúpula da aliança em Vilnius em julho pode se tornar “histórica” e que ele foi convidado a participar. “Agradeço o convite para visitar a cúpula, mas também

é importante para a Ucrânia receber o convite correspondente”, disse ele a repórteres.

“Não há uma única barreira objetiva à decisão política de convidar a Ucrânia para a aliança e agora, quando a maioria das pessoas nos países da Otan e a maioria dos ucranianos apoiam a adesão, é o momento para as decisões correspondentes.”

A cobrança de Zelensky chega um dia depois de o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Lloyd Austin, ter dito que a Suécia deve formalizar sua adesão à Otan ainda este ano, mais precisamente

“antes do verão” do Hemisfério Norte. “Você é um ótimo parceiro”, disse Austin ao ministro da Defesa sueco, Pal Jonson no quartel-general da marinha sueca na Base Naval de Musko, nas proximidades de Estocolmo. “Estamos ansiosos para, muito em breve, poder chamá-lo de aliado.”

No início de abril, a Otan anunciou oficialmente a entrada da Finlândia, outro país escandinavo, como mais um país-membro. Dias depois, os finlandeses já participavam dos primeiros exercícios militares como membro da aliança.

CNN

Biden anuncia contribuição dos EUA de R\$ 2,5 bi para Fundo Amazônia

O presidente dos Estados Unidos Joe Biden anunciou, na manhã de quinta-feira (20), a intenção de contribuir com US\$ 500 milhões – equivalentes a R\$ 2,5 bilhões – para o Fundo Amazônia para os próximos cinco anos. Ele ainda precisa da aprovação do Congresso para a liberação dos recursos.

O anúncio foi feito durante uma reunião do Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima (MEF, na sigla em inglês), formado por 26 países, incluindo o Brasil. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também esteve presente no encontro virtual.

Também estiveram presentes virtualmente os presidentes de Egito, México, Comissão Europeia, Argentina, Turquia, Emirados Árabes Unidos (EAU), Indonésia e Coreia do Sul, os premiês de Austrália, Canadá, Alemanha, Reino Unido e Japão, além de autoridades da ONU, China, Índia, Fran-

ça, Itália e Arábia Saudita.

Biden também convocou outras lideranças para que apoiem o Fundo Amazônia. “O objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C pode ficar ao nosso alcance. Mas vai depender de todos nós – não apenas um de nós. Não alguns de nós”, disse.

O presidente americano também anunciou uma intenção de contribuir com US\$ 1 bilhão – equivalente a R\$ 5 bilhões – para o Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês), fundo estabelecido na COP16 para combater as mudanças climáticas.

“O Fundo presta especial atenção às necessidades de sociedades altamente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, em particular os países menos desenvolvidos (PMD), os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS) e os países africanos”, explica a ONU. CNN

Tropas rivais voltam a violar cessar-fogo e se enfrentam na capital do Sudão



Moradores da capital do Sudão relataram novos disparos pesados na quinta-feira (20), enquanto milhares tentavam fugir dos combates que mataram dezenas de civis, antes do feriado de Eid, que marca o fim do mês sagrado do Ramadã. Ao menos 270 pessoas morreram e 2.600 ficaram feridas nos combates que ocorrem desde o último sábado, disse a Organização Mundial da Saúde (OMS), citando o Ministério da Saúde do Sudão.

Cartum e suas cidades irmãs Omdurman e Bahri, uma das áreas urbanas mais populosas da África, foram abaladas por batalhas nesta semana entre o Exército e as paramili-

tares Forças de Apoio Rápido (RSF). Moradores e milhares de estrangeiros estão presos e os suprimentos de comida estão acabando. A fumaça espessa e as explosões dos dias anteriores diminuíram na manhã da quinta-feira, mostraram as transmissões de TV de Cartum, antes que os combates voltassem a acontecer.

Um cessar-fogo já havia sido firmado na terça-feira (18), com participação dos Estados Unidos, mas na manhã do dia seguinte os combates continuaram, com bombardeios contínuos e fortes explosões no centro de Cartum, na área ao redor do complexo do Ministério da Defesa e do aeroporto, levando o Japão a se preparar para retirar seus

cidadãos do país. O Exército e a RSF emitiram declarações acusando-se mutuamente de não respeitar a trégua. O impasse parecia ter chegado ao fim horas depois, quando o Exército sudanês concordou em aderir ao cessar-fogo. A interrupção das hostilidades estava previsto para durar até às 18h de hoje no horário local (13 horas em Brasília).

Na quinta, tiros foram ouvidos em Bahri e moradores relataram confrontos a oeste de Omdurman, onde disseram que o Exército se moveu para bloquear a chegada de reforços da RSF, depois que ambos os lados violaram um cessar-fogo de 24 horas que disseram que respeitariam a partir de quarta-feira (19). CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Com Campos Neto na plateia, Pacheco diz que Brasil está obstinado por queda nos juros



Com a presença na plateia do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fez uma cobrança dura da queda na taxa de juros, dizendo que é um tema que une o Brasil neste momento.

“Se há algo que nos une é a impressão, o desejo, a obstinação de reduzir a taxa de juros”, disse Pacheco durante participação em Londres de conferência do grupo Lide.

Em tom de alerta, o presidente do Senado disse a Campos Neto que a autonomia do BC, prevista em lei, começará a ser questionada caso os juros não baixem rapidamente do atual patamar de 13,75%.

“Nós aprovamos a autonomia do Banco Central, mas a perspectiva dessa autonomia era para que o BC não fosse suscetível a interferências indevidas. Mas há um sentimento geral de que precisamos encontrar os caminhos para redução imediata da taxa de juros, sob pena de sacrificar este trabalho que estabelecemos nos últimos anos”, declarou.

Segundo Pacheco, diversos ganhos institucionais realizados nos últimos anos perderão eficácia caso a taxa Selic não caia. “Temos gerado bons frutos: a inflação contida, com viés de queda, nossa moeda estável. Agora precisamos crescer o Brasil, e não conseguimos com a taxa

de juros a 13,75%”, afirmou.

O presidente do Senado também defendeu a aprovação do arcabouço fiscal e da reforma tributária, mas disse que uma premissa tem de ser que não haja aumento da carga fiscal. É preciso encontrar outras formas de arrecadação, segundo ele.

“Há diversas fontes de arrecadação sem que criemos novos impostos. Criação de novos tributos seria intolerável”, afirmou. Ele citou dois exemplos: a tributação de jogos online e novas formas de cobrar multas de empresas concessionárias. Em recado velado ao atual governo federal, Pacheco pediu respeito a matérias já aprovadas pelo Congresso.

Fábio Zanini/Folhapress

Dívida no rotativo do cartão de crédito se multiplica por cinco em um ano

Deixar de pagar o total da fatura do cartão de crédito pode render uma dívida milionária ao brasileiro. Os juros do rotativo, uma espécie de empréstimo dos bancos para que o cliente quite o débito, estão entre os mais altos do mercado.

Em fevereiro, a taxa média cobrada foi de 14,68% ao mês, ultrapassando 417,43% ao ano. Um grupo de trabalho do governo Lula com o Banco Central vai debater as taxas de juros do rotativo, que devem continuar a ser determinadas por cada instituição financeira. A diretoria do BC afirmou que estabelecer um teto para o rotativo do cartão está fora de cogitação.

Atualmente, na prática, os juros do rotativo podem virar uma dívida até cinco vezes maior passados 12 meses.

Segundo cálculos feitos pela Anefac (Associação Na-

cional de Executivos) a pedido da reportagem, uma dívida de R\$ 500 no cartão de crédito se aproxima dos R\$ 2.600 em um ano. Em cinco anos, na atual taxa de juros, o débito chegaria a R\$ 1,8 milhão.

Em outra estimativa, R\$ 10 mil no rotativo do cartão se transformam numa dívida de mais de R\$ 37 milhões. Confira abaixo outros exemplos.

A recomendação de especialistas a quem se endividar no cartão é buscar por modalidades de crédito com prazos maiores e taxas menores como o crédito pessoal para sair do rotativo.

“Eventualmente, quando a pessoa entra no rotativo, o banco oferece condições com juros menores para que ela faça o parcelamento”, afirma Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor-executivo da Anefac, responsável pelos cálculos.

Ana Paula Branco/Folhapress



Incômodo com juros altos bate recorde na indústria, diz CNI



O incômodo da indústria com os juros altos no país bateu recorde no primeiro trimestre deste ano. É o que indica uma sondagem divulgada na quinta-feira (20) pela CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Conforme a pesquisa, 28,8% dos empresários consultados citaram as taxas de juros elevadas como um dos principais problemas nos três meses iniciais de 2023.

Trata-se do maior percentual registrado por esse fator na série histórica da sondagem, com dados disponíveis a partir de 2015. A CNI afirma que a menção aos juros altos chama atenção porque “está ganhando cada vez mais relevância”.

“Desde 2022, em todos os trimestres, esse problema foi bastante apresentado pelas indústrias e marca um percentual acima de 20% consecutivamente”, diz a entidade em nota.

A preocupação vem em linha com manifestações recentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que fez críticas em sequência ao Banco Central e ao patamar da taxa básica de juros, a Selic.

No início de fevereiro, Lula disse que o nível da Selic (13,75% ao ano) era uma “vergonha”. O presidente também afirmou na ocasião que a “classe empresarial precisa aprender a reivindicar, a reclamar dos juros altos”.

“Quando o Banco Central era dependente de mim, todo

mundo reclamava. O único dia em que a Fiesp [federação da indústria paulista] falava era quando aumentava os juros. Era o único dia [...]. Agora, eles não falam”, afirmou Lula.

A sondagem divulgada pela CNI nesta quinta consultou mais de 1.600 empresas de pequeno, médio e grande porte no Brasil.

Na lista dos principais problemas da indústria no primeiro trimestre, os juros só ficaram atrás da elevada carga tributária (34,6%) e da demanda interna insuficiente (33,3%), conforme a pesquisa. Essas questões, diz a CNI, costumam aparecer no topo das preocupações dos empresários.

Leonardo Viecelli/Folhapress

Política

Haddad diz que Shein deve nacionalizar 85% das vendas no Brasil



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu na quinta-feira (20), em São Paulo, uma carta com compromissos da empresa de e-commerce chinesa Shein, em que ela se compromete - em até quatro anos - a nacionalizar 85% das vendas no Brasil com produtos feitos no país.

“É uma coisa para nós muito importante que eles vejam o Brasil não apenas como mercado consumidor, mas como uma economia de produção”, declarou.

Outro compromisso firmado, segundo o ministro, foi a adesão da empresa ao plano de conformidade da Receita Federal. Haddad des-

taçou que os chineses manifestaram a disposição de “normalizar as relações com o Ministério da Fazenda”.

A reunião de hoje teve a participação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes. “Em virtude do anúncio de geração de emprego e investimentos no Brasil, ele fez questão de acompanhá-los, inclusive, para testemunhar o compromisso firmado”, disse o ministro.

Haddad acrescentou que a Shein pediu que a regra estabelecida valha para todos. “Nós, obviamente, não queremos nada diferente. Nós queremos condições iguais para todo mundo. E, segundo eles, se a regra valer para

todo mundo, eles absorverão os custos dessa conformidade. Não repassarão para o consumidor”, revelou o ministro da Fazenda.

Sobre a possível perda de arrecadação prevista para a taxa de empresas desse tipo, Haddad disse que o “impacto é até pequeno perto da reforma tributária que está sendo feita para cobrar de quem não paga”.

O ministro da Fazenda afirmou, ainda, que essa saída negociada contempla o que estava sendo demandado pelas redes brasileiras de comércio. “Não é correto uma pessoa que tem investimento no Brasil sofrer concorrência injusta de quem quer que seja”, opinou.

Governadores, ex-ministra e Pacheco rechaçam invasões do MST

A onda de invasões promovidas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nos últimos dias foi reprovada por governadores e pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), durante evento em Londres organizado pelo grupo Lide.

O rechaço veio inclusive de políticos de esquerda, como o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB).

“Na hora em que o movimento ocupa uma sede da Embrapa, perde apoio político, ou na hora que ocupa uma sede do Incra. O momento exige uma reflexão do movimento e um processo mais acelerado na área da política agrária”, afirmou.

O governador do Rio, Cláudio Castro (PL), afirmou que as invasões têm claro sentido político, e não de expectativa de obtenção de conquistas reais.

“Eles [MST] têm que re-

ver o que querem. Não me parece fazer sentido nenhum invadir área produtiva, porque é lógico que vão ser retirados dali. Me parece ser muito mais uma ação política do que ter resultado prático”, afirmou.

Já o emedebista Helder Barbalho, governador do Pará, disse que é preciso conjugar combate a ilegalidades com políticas de reforma agrária.

“É fundamental que o Brasil possa ter tranquilidade no campo, segurança jurídica, propriedade de terra. Por um lado deve-se combater toda e qualquer ilegalidade. Por outro, o governo brasileiro deve instituir junto com os estados políticas de reforma agrária que não apenas garantam terra, como também permitam produção para essas localidades”, declarou.

Outra política de esquerda, a ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, do governo Dilma Rousseff, afirmou que é preciso haver racionalidade e diálogo político.

Fábio Zanini/Folhapress



Convite a Tarcísio para ato de 1º de Maio gera ruzgas entre sindicalistas



O convite ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) para participar do ato de 1º de Maio no Vale do Anhangabaú, na região central de São Paulo, tem gerado cobrança sobre as centrais sindicais que encabeçam a organização do evento.

Em 2023, o evento será unificado, ou seja, reunirá as principais centrais, como CUT, Força Sindical, UGT, CSB, CTB, entre outras.

Além de Tarcísio, expoente do bolsonarismo, as centrais também convidaram parlamentares fora da órbita da esquerda, da qual é mais próxima, como os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Em nota, a Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São

Paulo), um dos maiores sindicatos filiados à CUT, disse não aceitar a decisão das centrais pelo convite e afirmou que o governador não é comprometido com a classe trabalhadora.

No texto, intitulado “O Primeiro de Maio é Nosso”, a Apeoesp critica a proposta de uma nova reforma administrativa e a proposta de privatização da Sabesp.

A CSP-Conlutas já havia anunciado que não participaria do ato do 1º de Maio por discordar do convite ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que já confirmou presença. A central diz ser contra a presença de qualquer governante.

Já o convite a Tarcísio motivou posicionamento de repúdio. A CSP-Conlutas diz considerar um agravante que “em uma data histórica da

classe trabalhadora, centrais sindicais convidem para dividir um palanque o governador Tarcísio, expoente do bolsonarismo no país e das mazelas provocadas pela gestão Bolsonaro”.

Lideranças das centrais sindicais afirmam que o convite ao governador segue o mesmo princípio do pluralismo adotado nos últimos anos, quando foram chamados políticos que também não estão no espectro da esquerda, como Fernando Henrique Cardoso, Rodrigo Maia e João Doria.

Além disso, destacam que Tarcísio também tem feito gestos que sinalizam intenção de diálogo. Um exemplo citado é a liberação do parque da Água Branca para que o MST realize sua Feira Nacional da Reforma Agrária, de 11 a 14 de maio.

Guilherme Seto/Folhapress

As startups gastam muito com marketing. Esse VC quer otimizar o processo



No Brasil, o termo media for equity entrou no vocabulário do mercado com algumas poucas transações feitas pela Globo Ventures e por influenciadores digitais e celebridades — mas numa escala ainda quase artesanal.

Agora, dois veteranos do mercado de marketing e publicidade estão tentando levar esse modelo para um outro patamar.

Felipe Hatab, que foi CMO da Ambev e da Stone, e Renato Mendes, um ex-CMO da Netshoes, acabam de fundar a 4Equity Media Ventures, a primeira gestora da América Latina que vai atuar apenas com media for equity — trocando exposição em veículos de mídia por participação no capital de startups.

Para criar a empresa, os fundadores fizeram uma pequena rodada com players estratégicos dos setores de mídia, startups e financeiro, vendendo 29% do capital da gestora.

Na frente de mídia, entrou a FSB, a maior agência de PR do Brasil, e a M&P Group, a holding dona de empresas como Mene Portella, One Big Media e Non Stop, uma agência de influenciadores.

Na frente de startups e finanças, alguns dos investidores são Patrick Sigrist, fundador do Ifood, Mario Mello, ex-CEO do PayPal e hoje diretor do Safra; Flávio Dias, ex-CEO do Walmart e do Original; e Cláudio Halaban, fundador da RED Asset.

Os fundadores decidiram criar a 4Equity quando per-

ceberam que o nicho de VCs especializados em marketing estava vazio. “Tem alguns gestores que entendem do assunto, mas não existe uma gestora focada só nisso,” Felipe disse.

Segundo ele, cerca de 40% do use of proceeds de rodadas de startups B2C são destinados a despesas com marketing.

“Mas como essas startups em geral não têm um CMO com experiência em gerenciamento de marketing, eles acabam focando apenas no fundo do funil, onde o retorno é metrificado,” disse o fundador.

A 4Equity quer atuar nesta vulnerabilidade, ajudando as startups com um planejamento de marketing que faça sentido para esse novo estágio.

Brazil Journal

Facily, o unicórnio que encolheu 90%, tenta um recomeço

Poucas empresas representaram a euforia do setor de venture capital nos anos de 2020 e 2021 como a Facily, uma startup de social commerce que vende produtos com descontos para grupos voltada principalmente para pessoas das classes C e D.

Fundada em 2018 por Diego Dzodan, Vitor Zaninotto e Luciano Freitas, a startup captou US\$ 502 milhões de investidores globais como Tiger Global, Prosus, Founders Fund, Quona Capital, Alter Global, Luxor Capital, além das gestoras brasileiras Canary, Bossanova Investimentos e Monashees.

No fim de 2021, quando levantou US\$ 135 milhões na extensão da rodada de série D, tornou-se um unicórnio e foi avaliada em US\$ 1,1 bilhão. Entre janeiro e outubro de 2021, o número de usuários na plataforma saltou de algumas centenas de consu-

midores para 7,1 milhões — no auge, chegou a 15 milhões.

Esse crescimento exponencial e desorganizado cobrou o seu preço. Em 2021, a startup foi a recordista em reclamações do Procon com mais de 150 mil queixas, o que se repetiu no ano seguinte (26 mil queixas). Quando a maré do venture capital virou, no começo de 2022, a Facily ficou em uma encruzilhada e esteve muito perto de fechar as portas.

Nas últimas semanas, os investidores e pessoas próximas da operação da Facily para entender o atual estágio da startup. O cenário é de um unicórnio que encolheu bastante para tentar sobreviver.

O GMV, por exemplo, caiu 90% — antes do último aporte, ele estava na casa dos R\$ 30 milhões mensais, segundo uma fonte. O número de funcionários saiu dos mais 1.000 para cerca os atuais 200.

NeoFeed



ZiYou, do fundador da Netshoes, capta R\$ 20 milhões com grupo Multi



Startup brasileira de aluguel de equipamentos esportivos, a ZiYou acaba de levantar R\$ 20 milhões com a Multi (antiga Multilaser). Inspirada na americana Peloton, embora bem mais acessível, a empresa foi criada em 2021 pelo co-fundador e ex-CEO da Netshoes Marcio Kumruian para explorar o mercado de wellness, que ganhou ainda mais força na pandemia, no país. O aporte vem do fundo exclusivo de CVC do grupo, gerido pela Bertha Capital.

“Depois de vender a Netshoes para o Magalu, continuei como conselheiro no grupo e segui olhando as oportunidades do segmento. Vi que poderia melhorar a vida das pessoas com esse

modelo de assinaturas, é algo que não existe ainda aqui no Brasil. Conseguimos oferecer uma experiência completa, com o equipamento, o conteúdo, o fornecimento de dados para o usuário. E de forma acessível”, diz Kumruian.

A plataforma oferece um vasto portfólio que já inclui esteiras, bicicletas para spinning, elípticos, remos e estações de musculação, que podem ser alugados (ou comprados, em casos mais raros), pela internet. Com conectividade ao celular, a plataforma oferece dados de desempenho e opções de conteúdo, como programas de treino. Por R\$ 99 já é possível assinar um dos planos da ZiYou. A esteira, um dos produtos mais populares, sai por R\$

199 mensais no plano de três trimestres. Com o investimento, o CEO do grupo Multi, Alexandre Ostrowiecki, ganha uma cadeira no board da ZiYou. Uma das missões do executivo será pensar estrategicamente para capturar as sinergias entre as duas firmas. O polo produtivo de Manaus, onde a Multi fabrica boa parte de seu portfólio hoje, por exemplo, pode também vir a ser explorado para a montagem do hardware da startup, que hoje importa todos os equipamentos — aliás os fornecedores asiáticos da Multi também podem agregar. Expert em telas, a investidora deve contribuir ainda no desenvolvimento da segunda geração de esteiras e bicicletas.

NeoFeed

**AE4M Patrimonial Ltda.**CNPJ/MF nº 21.860.826/0001-09 - NIRE 35.228.966.441
Cisão Parcial Realizada em 29 de janeiro de 2023

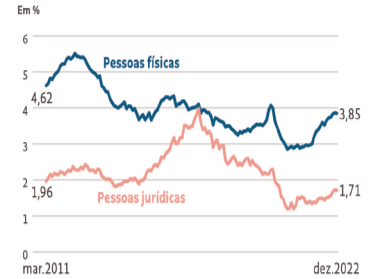
Em 29/01/23, as sócias representando a totalidade do capital social da **AE4M Patrimonial Ltda.**, com sede na R. Guilherme Bannitz, 55, apto. 2002, S P/SP, CEP 04532-060, CNPJ/MF nº 21.860.826/0001-09 e NIRE 35.228.966.441 ("AE4M"), aprovaram a cisão parcial do patrimônio da Sociedade, com versão do patrimônio cindido para a **M.D. Gonzalez Participações Ltda.**, R. Dr. Guilherme Bannitz, nº 55, apto. 2002, Itaim Bibi, SP/SP, CEP 04532-060, CNPJ/MF nº 31.743.821/0001-41 e NIRE 35.235.369.046 ("M.D."), nos termos dos artigos 1.116 a 1.118 do Código Civil, sendo a operação realizada nos seguintes termos: (i) as bases da cisão foram definidas no Protocolo e Justificativa de Cisão Parcial, celebrado entre a Sociedade e a M.D. em 29/01/23; (ii) para fins da cisão parcial, utilizou-se como base o valor contábil da parcela cindida, equivalente a R\$9.357.031,00, conforme balanço patrimonial da AE4M especialmente levantado em 31/12/22, o que foi confirmado pelo Laudo de Avaliação do patrimônio cindido, elaborado pela empresa **WWBP Consultoria Contábil Ltda.** em 29/01/23; (iii) a cisão parcial resultou na redução do capital social da AE4M, mediante o cancelamento de parte das quotas representativas do capital social da Sociedade de titularidade da sócia M.D., recebendo a referida sócia a totalidade do patrimônio cindido, em valor patrimonial equivalente ao valor de suas quotas no capital social da Sociedade; (iv) em consequência da cisão parcial, o capital social da Sociedade foi reduzido para R\$ 10.864.588,00, mediante o cancelamento de 10.152.062 quotas representativas do capital social da Cindida, no valor nominal total de R\$ 10.152.062,00; (v) a versão do patrimônio cindido para a M.D. não resultou em aumento de seu capital social, uma vez que não houve aumento de seu patrimônio, sendo sua participação no capital social da AE4M cancelada e substituída pelos ativos recebidos do patrimônio cindido; e (vi) a M.D. sucederá solidariamente a AE4M nos direitos e obrigações correspondentes aos elementos do ativo a ela vertido em decorrência da cisão parcial, nos termos do Artigo 1.116 do Código Civil. A 10ª alteração do Contrato Social da AE4M, celebrada em 25/01/23, que delibera a respeito da cisão parcial, foi arquivada perante a JUCESP nº 144.981/23-3 em 12/04/23. A 6ª alteração do Contrato Social da M.D., celebrada em 25/01/23, que reflete a cisão parcial da Sociedade, foi arquivada perante a JUCESP nº 144.982/23-7 em 12/04/23. SP, 17/04/23. Assinatura: **M.D. Gonzalez Participações Ltda.** (Carolina Gomes Rezende Gonzalez Leite).

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 - NIRE 35.300.386.817
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

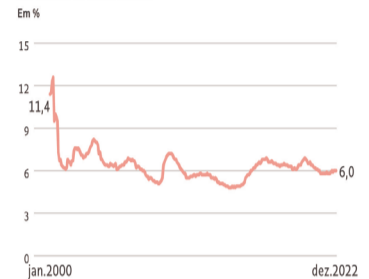
Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 26 de abril de 2023, às 9:30 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre a distribuição e pagamento de dividendos; e (iii) Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 13 de abril de 2023. **Angela Martins Guido Rios** - Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 21/04/2023)

Atrasos mostram piora nas dívidas, mas sem sinal de crise de crédito

Inadimplência bancária sobe desde 2021



Provisões em relação à carteira de crédito do sistema financeiro



Confira no nosso site as principais notícias do dia:

datamercantil.com.br

Lago do Junco Construtora e Incorporadora Ltda.CNPJ/MF nº 32.965.283/0001-00 - NIRE 35.231.477.413
Alteração Contratual de Sociedade de 20 de agosto de 2022

Data/hora/local: Em 20/08/2022, 10hs, na sede da Cia. Convocação e presença: Convocação. Presença de todos os sócios. Mesa: Sr. Léo Maniero Filho, presidente; Sra. Maria Cristina Maniero, secretária. Deliberações aprovadas: (i) Transformar a Sociedade Empresária Limitada para S.A., a qual se regerá, doravante, pelo estatuto social. (ii) A denominação social passa a ser: "Lago do Junco Construtora e Incorporadora S.A.". (iii) Harmonização da denominação da empresa para "Lago do Junco Construtora e Incorporadora S.A.". Em razão da transformação, o capital social, atual, de R\$ 5.363.050,00 dividido em 5.363.050 ações, no valor nominal unitário de R\$ 1,00, cada uma delas, totalmente integralizadas e assim distribuídas entre os acionistas. Na sequência, os, agora, acionistas, aprovaram a nova redação do Estatuto Social que regerá a sociedade. Por fim, foram eleitos para membros da Diretoria: **Léo Maniero Filho**, para **Diretor Presidente**; **Maria Cristina Maniero**, para **Diretora Administrativa** fica vago momentaneamente; os eleitos exercerão o mandato por um período de 3 anos. Nada mais. SP/SP, 20/08/22. JUCESP nº 601.665/22-3. JUCESP/NIRE nº 3530060170-0, 29/09/22. **Gisela Simiema Ceschin** - Secretária Geral.

Servgás Distribuidora de Gás S/ACNPJ/MF nº 55.332.811/0001-81
Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 16 de Maio de 2023, Terça-Feira, às 10:00 horas, no Hotel Ibis São Paulo Expo, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 - Barra Funda - São Paulo/SP - Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2022. II - Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022. III - Outros assuntos. Guarulhos/SP, 13 de Abril de 2023. **Demétrio Augusto Zacharias** - Diretor Presidente (24, 25 e 26/04/2023)

Caltabiano McLarty Participações S.A.CNPJ/MF nº 07.133.841/0001-16 - NIRE 35.300.319.796
Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 02/05/2023 às 11 horas, na forma virtual, nos termos tutelados pela Lei 14.030/2020 e Instrução Normativa DREI nº 81/2020, para deliberarem sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2022 e deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022. A Assembleia Geral Ordinária será realizada por intermédio da Plataforma Google Meet. Cada acionista receberá um convite eletrônico, onde constará o endereço eletrônico para que o Acionista tenha acesso ao ambiente virtual da Assembleia Geral Ordinária. O ambiente estará disponível para acesso com 30 (trinta) minutos de antecedência ao dia e horário constantes nesta Convocação. Considerando a realização da Assembleia Geral Ordinária por meio virtual, os documentos a serem examinados serão encaminhados via correio eletrônico dos Acionistas no dia 24/04/2023. São Paulo, 20/04/2023. **Alessandro Portella Maia** - Diretor Presidente. (20, 21 e 25/04/2023)

RCN Indústrias Metalúrgicas S.A.

CNPJ nº 61.383.584/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas, as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhados das Notas Explicativas. São Paulo, 10 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em Reais)		
BALANÇOS PATRIMONIAIS		
	2022	2021
Ativo		
Circulante	40.442.402	38.983.846
Disponível	2.422.369	5.378.262
Contas a receber	12.498.638	4.756.827
Impostos a recuperar	824.803	2.380.931
Outros créditos	385.092	102.001
Estoques	24.311.500	26.365.825
Não circulante	9.680.646	9.884.846
Realizável a longo prazo	408.231	300.178
Participações societárias	578.906	402.499
Imobilizado	8.693.509	9.182.169
Imobilizado técnico	32.689.010	32.480.198
(-) Depreciação acumulada	(23.995.501)	(23.298.029)
Total do ativo	50.123.048	48.868.692
Passivo		
Circulante	11.953.107	7.307.874
Fornecedores	6.840.557	2.385.249
Financiamento bancário	735.255	735.255
Obrigações tributárias/trabalhistas	3.803.309	3.639.806
Provisões trabalhistas	573.986	547.564
Não circulante	1.513.829	4.759.340
Financiamento bancário	673.984	1.409.239
Parcelamento lei 11.941/09 - Refis	839.845	3.350.101
Patrimônio líquido	36.656.112	36.801.478
Capital social	27.337.215	27.337.215
Reservas / outros	9.318.897	9.464.263
Total do passivo	50.123.048	48.868.692
NOTAS EXPLICATIVAS		
1. Contexto Operacional: A RCN Indústrias Metalúrgicas S/A., constituída em 27/04/1953, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a indústria e o comércio de peças forjadas em geral, fundidos e extrudados de metais não-ferrosos. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As principais práticas adotadas estão descritas a seguir: a) Ativos e Passivos Circulantes e Não-Circulantes: Estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os encargos financeiros registrados em contrapartida do resultado do período. b) Ativo imobilizado: registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear. c) Adesão ao Parcelamento Lei 11.941/09 - REFIS: Refere-se à adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, requerido em 04/09/2009. d) Capital Social: O capital social subscrito e integralizado está representado por 27.337.215 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. 4. Instrumentos financeiros: A RCN não mantém operações significativas com instrumentos financeiros e não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com suas operações financeiras são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da empresa e parametrizadas com as taxas de mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da empresa. A RCN não possui operações relevantes cujos efeitos nas oscilações de taxas possam ocasionar perdas significativas.		
Eduardo Garnieri - Diretor Presidente		
Wanderley Cesar Pavão Controller - CRC nº 1SP147563/0-0		

FCBPC Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.072/0001-44 - NIRE 35.300.586.239

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da FCBPC Holding S.A. a ser realizada em 5 de maio de 2023

Ficam convocados os Senhores Acionistas detentores de ações ordinárias da **FCBPC Holding S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia") na forma do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, bem como, nos termos do artigo 132 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). A Assembleia será realizada, em primeira convocação, no dia 05 de maio de 2023, às 10h00, de forma semipresencial, podendo o voto ser exercido pelos acionistas presencialmente, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conjunto 91, sala 17, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, ou por videoconferência, por meio do link a ser previamente disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81/20"), nos termos do art. 124, § 2º, da Lei das S.A., para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (1) Em Sede de Assembleia Geral Ordinária: a) tomar as contas dos administradores, o relatório da administração consubstanciada nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; b) a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e c) a verba global da remuneração da administração da Companhia referente ao exercício social de 2023. (2) Em Sede de Assembleia Geral Extraordinária: d) a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mediante a emissão de 200.000.000 (duzentas milhões) de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) por ação, fixado conforme o art. 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A. e nos termos e condições aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2023 ("Aumento de Capital Autorizado"); e) a alteração da redação do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia em decorrência da homologação parcial do Aumento de Capital Autorizado. Documentos para Participação da Assembleia. 1.1. A Assembleia será realizada na modalidade semipresencial e os acionistas da Companhia poderão optar por participar da Assembleia por uma das seguintes formas: (i) pessoalmente ou por videoconferência; ou (ii) por procurador devidamente constituído. O acionista da Companhia que optar por participar da Assembleia pessoalmente deverá apresentar documentação que comprove a sua identidade, com foto, no caso de pessoa física, ou estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal, no caso de pessoa jurídica. 1.2. Os acionistas que optem por participar da Assembleia por videoconferência deverão, além de apresentar por e-mail os documentos indicados no item 1.1 acima, deverão informar por e-mail à Companhia para o endereço eletrônico juridico@souqista.com.br, com 3 (três) dias de antecedência da data designada para realização da Assembleia, em primeira convocação, seu interesse em participar da Assembleia por videoconferência. Os acionistas que não enviarem e-mail no prazo acima indicado estarão impossibilitados de participar da Assembleia por videoconferência. 1.2.1. A Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições acima. O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização. 1.3. Para os casos em que o acionista da Companhia opte por ser representado por procurador, além dos documentos indicados no item 1.1 acima, deverá ser apresentado também o instrumento de mandato. 1.4. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. 1.5. Os acionistas da Companhia deverão encaminhar à Companhia, por meio do endereço eletrônico juridico@souqista.com.br, os documentos comprobatórios mencionados nos itens acima, com 3 (três) dias de antecedência da data designada para realização, em primeira convocação, da Assembleia. Não obstante os prazos para encaminhamento dos documentos de representação indicados nos itens acima, os acionistas da Companhia poderão participar presencialmente da Assembleia, desde que apresentem os documentos até o horário de início da Assembleia, ainda que tenha deixado de enviá-los previamente, nos termos da regulamentação aplicável. 1.6. Para todos os efeitos legais, considerar-se-á presente na Assembleia o acionista que, pessoalmente, por videoconferência ou por meio de seu procurador, registre presencialmente sua presença na data e horário da Assembleia. 2. Documentos à disposição dos Acionistas. 2.1. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme aviso de acionistas publicado em 29 de março de 2023. São Paulo, 24 de abril de 2023. **Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz** - Presidente do Conselho de Administração. (21, 25 e 26/04/2023)

Balancos Patrimoniais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021											
(Em milhares de reais R\$)					(Em Milhares de Reais R\$)											
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Adiantam. Futuro A. Capital	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Resultados acumulados	Total	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021									2022	2021	2022	2021
Ativo					138.543		91.038	6.259	4.947	(9.959)		230.828				
Ativo circulante																
Caixa e equivalentes de caixa	2.142	2.050	2.152	2.053												
Contas a receber	10.737	9.768	10.737	9.768		4.513						4.513				
Estoques	2.853	2.620	2.853	2.620												
Impostos a recuperar	26	3.145	26	3.145												
Outros créditos	355	386	400	386												
Despesas pagas antecipadamente	189	72	189	72												
Total do ativo circulante	16.302	18.041	16.357	18.044												
Ativo não circulante																
Realizável a longo prazo																
Tributos diferidos	14.039	20.231	14.039	20.231												
Depósitos judiciais	5.575	5.500	5.575	5.500												
Partes relacionadas	934	680	934	680												
Outros créditos	7	408	7	408												
	20.555	26.819	20.555	26.819												
Investimentos	2.410	351	-	125												
Imobilizado	134.652	144.996	137.015	145.282												
Direito de uso	14.312	19.787	14.312	19.787												
Intangível	149.860	150.395	149.860	150.395												
	301.234	315.529	301.187	315.589												
Total do ativo não circulante	321.789	342.348	321.742	342.408												
Total do ativo	338.091	360.389	338.099	360.452												
Passivo e Patrimônio Líquido																
Passivo circulante																
Fornecedores	10.325	25.471	10.326	25.531												
Empréstimos e financiamentos	41.983	53.390	41.983	53.390												
Passivo de arrendamento	7.358	7.752	7.358	7.752												
Obrigações trabalhistas e tributárias	13.695	10.312	13.702	10.315												
Contas a pagar	1.164	1.026	1.164	1.026												
Dividendos obrigatórios a pagar	9.601	10.309	9.601	10.309												
Adiantamento de clientes	444	1.408	444	1.408												
Valores de terceiros arrecadados	401	423	401	423												
Total do passivo circulante	84.971	110.091	84.979	110.154												
Passivo não circulante																
Empréstimos e financiamentos	21.928	64.689	21.928	64.689												
Passivo de arrendamento	4.368	12.666	4.368	12.666												
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.780	5.510	4.780	5.510												
Partes relacionadas	45.117	2.470	45.117	2.470												
Provisões para contingências	10.652	11.211	10.652	11.211												
Tributos diferidos	7.815	4.297	7.815	4.297												
Total do passivo não circulante	94.660	100.843	94.660	100.843												
Patrimônio líquido																
Capital social	138.543	138.543	138.543	138.543												
Reserva de capital	91.038	91.038	91.038	91.038												
Ajuste de avaliação patrimonial	6.177	6.218	6.177	6.218												
Prejuízos acumulados	(84.011)	(90.857)	(84.011)	(90.857)												
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.713	4.513	6.713	4.513												
Total do patrimônio líquido	158.460	149.455	158.460	149.455												
Total do passivo e patrimônio líquido	338.091	360.389	338.099	360.452												

1. Contexto sobre a Empresa – A Empresa de Ônibus Pássaro Marron S.A. (“Companhia” ou “Pássaro Marron”) explora os serviços de transporte rodoviário de passageiros no âmbito interestadual, intermunicipal, metropolitano, municipal e os serviços de fretamento e de transporte de encomendas.

2. Quadro Societário:
Acionista: Max Empreendimentos e Participações Ltda. Ações: 138.543.000

3. Práticas Contábeis – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pro-

nunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT), e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4. Imobilizado – É registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas e não excede ao valor justo. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, levando em consideração a revisão da vida útil-econômica estimada e o valor residual esperado no prazo estimado de alienação. A Administração revisa periodicamente o valor estimado de realização dos ativos e ajusta a taxa de depreciação, quando necessário. 5. Ágio – Goodwill – Ágio decorrente de incorporação reversa, o qual possui como premissa a rentabilidade futura, está fundamentado em laudo de avaliação econômico-financeiro elaborado por empresa especializada, sendo revisado anualmente. 6. As Demonstrações Financeiras – Completas e auditadas pela RSM Brasil Auditores Independentes S/S, estão disponíveis na sede da Companhia para apreciação.

Paulo Sérgio Bongiovanni – Diretor Geral
Edilene Parmanhan – Contadora – CRC 1ES 007.138/O-5 T-SP

Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos
CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guararapes, nº 1909 – 9º andar – Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004, a fim de deliberar sobre: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: a) o Relatório da Administração, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; b) deliberar acerca da distribuição proventos, através de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) – referentes aos exercícios de 2022; c) a proposta dos administradores para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e; d) a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022. 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: a) eleger o Sr. **Rodrigo Casado Oliveira da Silva** para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; b) reeleger os demais membros do Conselho de Administração da Companhia pelo período de mais 1 ano; c) apresentar a composição do Conselho de Administração; d) alterar o endereço da sede administrativa inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0001-16 e com NIRE 35.300.117.441; e) alterar o endereço da filial localizada na cidade de São Paulo inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0004-69 e com NIRE 35.901.562.725; f) alterar o endereço da filial localizada na cidade de Itajaí inscrita no CNPJ nº 58.317.751/0015-11 e com NIRE 42.901.033.892 da Companhia; g) eleger o Sr. **Nicolas Bortoleto Oliveira**, ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia; h) reeleger os demais Diretores da Companhia por mais um ano; i) apresentar a composição da Diretoria da Companhia atual; j) aprovar a alteração do Artigo 13 do Estatuto Social relacionado às atribuições e poderes do Conselho de Administração da Companhia, incluindo, alteração e/ou estabelecimento da alçada de aprovação de contratação de novos empréstimos ou a rolagem de dívidas; garantias às subsidiárias; aquisição, alienação e operação de bens e estabelecimento de deliberação sobre aumento de capital social; k) aprovar a alteração do Artigo 22 do Estatuto Social relacionado às atribuições e poderes da Diretoria da Companhia, incluindo, alteração de alçada e/ou estabelecimento para a contratação de novos empréstimos; garantias às subsidiárias; aquisição, alienação e operação de bens; l) ratificar os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; e; m) a consolidação do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir as alterações realizadas. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar à Companhia, antes ou na data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme o caso: (i) documento de identidade e, conforme o caso, atos societários pertinentes que comprovem a representação legal; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, acompanhado do documento de identidade do procurador e, conforme o caso, atos societários pertinentes. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no departamento financeiro da Companhia, no endereço da sede, cópias de todos os documentos específicos a serem apreciados na Assembleia e referidos nesta convocação. São Paulo, 28 de abril de 2023. **Marilena Rodrigues Vasone** – Presidente do Conselho de Administração (20, 21 e 25/04/2023)

Prime Company Soluções em Tecnologias Integradas S/A
CNPJ/MF nº 09.556.146/0001-92
Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Prime Company Soluções em Tecnologias Integradas S/A., convoca todos os seus membros e os acionistas para uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 28/04/2023, às 14h30, no seguinte endereço: **Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.912 – Sala 213, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP: 01451-907. A Pauta da reunião será a seguinte: (A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Apresentação de contas e demonstrações contábeis relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) Destinação dos resultados da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) Suspensão de direitos dos sócios remissos, nos termos do art. 120 da Lei 6.404/76. (iv) Outros assuntos de interesse da Companhia. Os membros e os acionistas deverão estar presentes ou representados por meio de procuração, conforme as normas estatutárias. A participação na reunião pode ser feita por meio virtual, conforme autorizado pelo estatuto da organização. Os documentos referentes aos itens da pauta da Assembleia Geral ordinária e Extraordinária estão disponíveis para consulta dos membros e os acionistas na sede da empresa, nos dias úteis, no horário comercial. São Paulo, 20/04/2023. **Sallen Viegas de Moraes** – CPF: 006.903.741-86 (20, 21 e 25/04/2023)**

B.F.M.O. Assessoria e Consultoria Ltda.
CNPJ/MF nº 04.204.567/0001-30 – NIRE 35.218.883.411
Edital de Convocação

B.F.M.O. Assessoria e Consultoria Ltda. convoca os sócios para se reunirem em Reunião Extraordinária, que se realizará em 02/05/2023 às 10:00 horas, na Rua Ricardo Hildebrand, nº 336, Erosio, Leme-SP, para examinar, discutir e votar a seguinte Ordem do Dia: dissolução, liquidação e extinção da sociedade em decorrência de sua inatividade. **Egídio Osti Neto** – Sócio Administrador. Leme, 17/04/2023. (20, 21 e 25/04/2023)

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.
CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. (“Companhia”) a se reunirem às 09:00, do dia 28 de abril de 2023, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://us02web.zoom.us/j/84994689394?pwd=M2s5S1NxcMFTblhCTDd4MTlFNG5kdz09>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; b. Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; c. Reeleição dos membros da Diretoria; d. Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 20 de abril de 2023. **Leonardo Rosendo Fiuzu** – Diretor (20, 21 e 25/04/2023)

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6177	Peso (Chile) - 0,00664
Dólar (EUA) - 5,6461	Peso (México) - 0,2664
Franco (Suíça) - 6,1118	Peso (Uruguai) - 0,1277
Iene (Japão) - 0,04966	Yuan (China) - 0,8868
Libra (Inglaterra) - 7,4715	Rublo (Rússia) - 0,07664
Peso (Argentina) - 0,05548	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,366

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Confira no nosso site as principais notícias do dia:
datamercantil.com.br



Harapay Holding Ltda.

CNPJ/MF nº 45.771.162/0001-61 – NIRE 35.238.813.869 (NIRE anterior à transformação em sociedade anônima fechada)

1ª Alteração Contratual e Transformação de Tipo Societário em Sociedade por Ações **Agnaldo de Freire Souza**, RG nº 22.541.722.8, CPF/ME nº 133.357.878-46 (“Agnaldo”); e **Cristiane Hara Campano Souza**, RG nº 22.868.528, CPF/ME nº 166.170.088-80 (“Cristiane”); Unicos sócios quotistas desta sociedade (“Sociedade”); E, ainda, como sócia ingressante: **Proseguir Serviços e Participações Societárias S.A.**, CNPJ/ME nº 87.391.579/0001-49, representada por **Alessandro Abrahão Netto de Jesus**, CNH nº 02166983018, CPF/ME nº 031.815.527-39, e **Alexandre Ribeiro Fuente Canal**, RG nº 19842149, CPF nº 264.885.838-59 (“Proseguir”); Resolvem, neste ato, promover a presente 1ª Alteração ao Contrato Social e Transformação do Tipo Societário da Sociedade em Sociedade por Ações, nos termos e condições a seguir: **1.** A sócia Cristiane, cede e transfere, a título gratuito, 980.000 quotas de sua propriedade, totalmente subscritas e integralizadas, com valor nominal de R\$1,00 cada, para Agnaldo. Cristiane concede à Sociedade a mais ampla e irrevogável quitação com relação ao período em que foi detentora de tais quotas, nada reclamando, a qualquer tempo e a qualquer título; nem mais tem a receber ou pleitear da Sociedade. **2.** O sócio Agnaldo, acima qualificado, neste ato, cede e transfere, a título oneroso e pelo preço do Contrato de Compra e Venda de Quotas entre Cristiane, Agnaldo, Proseguir, Sociedade e Harapay Instituição de Pagamentos S.A. (“**Contrato de Compra e Venda**”), 510.000 quotas, no valor de R\$1,00 cada, à Proseguir. A sócia Cristiane, acima qualificada, neste ato, cede e transfere, a título oneroso e pelo preço do Contrato de Compra e Venda, 510.000 quotas, no valor de R\$1,00 cada, à Proseguir. Cristiane e Agnaldo concedem à Sociedade a mais ampla e irrevogável quitação com relação a todo o período em que foram detentores de tais quotas, nada mais reclamando, e declaram que nada mais têm a receber ou pleitear da Sociedade com relação ao período anterior a esta data. Em decorrência das cessões e transferências acima procedidas, a Proseguir é admitida como sócia na Sociedade. **3.** Os sócios aprovam a transformação de sociedade empresária limitada, para sociedade anônima fechada, não importando qualquer interrupção de continuidade, permanecendo em vigor todos os direitos, obrigações sociais, o mesmo patrimônio e a mesma escrituração fiscal e comercial da Sociedade. Foi aprovada a conversão das 2.000.000 de quotas representativas do capital social da Sociedade totalmente subscrito e integralizado de R\$2.000.000,00, em 2.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas, atribuídas aos sócios, doravante denominados acionistas, nas mesmas proporções atuais, conforme quadro a seguir: **Acionistas:** Agnaldo de Freire Souza; **Ações Ordinárias:** 490.000; **Percentual:** 24,50%. **Acionistas:** Cristiane Hara Campano Souza; **Ações Ordinárias:** 490.000; **Percentual:** 24,50%. **Acionistas:** Proseguir Serviços e Participações Societárias S.A.; **Ações Ordinárias:** 1.020.000; **Percentual:** 51,00%. **Total de Ações Ordinárias:** 2.000.000; **Percentual Total:** 100%. A conversão das quotas em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ocorre na proporção de 1:1 (um para um), com cada quota passando a corresponder a uma ação de emissão pela Sociedade. Os sócios aprovam a alteração da denominação social da Sociedade para **Harapay Holding S.A.** (“**Companhia**”). Foi aprovada a minuta de Estatuto Social da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva. **4.** A Companhia passa a ser administrada por uma Diretoria, sendo eleitos os Srs. **Agnaldo de Freire Souza**, acima qualificado, para o cargo de Diretor Presidente; e **Alessandro Abrahão Netto de Jesus**, acima qualificado, para o cargo de Diretor Executivo. Os Diretores são eleitos para um mandato unificado de 03 anos a contar desta data, e expressamente declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, sendo investidos em todos os poderes e atribuições estipulados pela lei e/ou pelo Estatuto Social da Companhia. Os acionistas ratificam que a remuneração dos membros da administração será definida em deliberação própria dos acionistas. **5.** Os acionistas autorizam os membros da administração da Companhia a tomar as medidas necessárias à implementação das deliberações ora aprovadas. Os acionistas consignam que serão efetuadas as publicações referentes aos atos da Companhia ora transformada. Os acionistas declaram transformada a Companhia em sociedade anônima, cabendo à Diretoria eleita neste ato adotar todas as providências necessárias a tal transformação. São Paulo/SP, 08/04/2022. **Acionistas: Agnaldo de Freire Souza; Cristiane Hara Campano Souza; Proseguir Serviços e Participações Societárias S.A.**, Por: Alessandro Abrahão Netto de Jesus/Alexandre Ribeiro Fuente Canal. **Visto de advogado. Marco Gabriel Trausula Fiori – OAB/SP: 312.549. Anexo I. Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração.** **Artigo 1º.** A Companhia tem a denominação de “Harapay Holding S.A.” (“Companhia”), sendo regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/1976 (“LSA”) e suas alterações posteriores. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede na Av. das Nações Unidas, nº 14.401, Conj. 2009, Torre C2, Vila Grutudes, CEP 04.749-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **§ Único.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir e encerrar filiais, agências, escritórios, estabelecimentos, depósitos e representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, e entidades como titular, sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior, na condição de controladora ou não. **Artigo 4º.** A Companhia iniciou suas atividades em 21/03/2022 e seu prazo de duração é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações.** **Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em bens móveis e direitos é de R\$2.000.000,00, dividido em 2.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no “Livro de Registro de Ações Nominativas” da Companhia e qualquer transferência de ações será realizada mediante assinatura do respectivo termo no “Livro de Transferência de Ações Nominativas”. **§ 2º.** Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis em ações, a serem emitidos pela Companhia, na mesma proporção e espécie e classe de ação relativas às suas respectivas participações no capital social da Companhia, nos termos do disposto no artigo 171 da LSA. **Artigo 6º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária corresponde a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§ Único.** Cada ação ordinária terá idênticos direitos ao recebimento de dividendos, juros sobre o capital próprio, desdobramento de ações, bonificações, bônus de subscrição e outros direitos afins decorrentes da titularidade sobre ações da Companhia. **Artigo 7º.** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria ou cancelamento, até o limite do saldo de lucros ou reservas, exceto a reserva legal e sem a diminuição do capital social. Enquanto mantidas em tesouraria as ações não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações de qualquer espécie, na forma prevista no § 4 do artigo 30 da LSA. **Capítulo III – Assembleia Geral.** **Artigo 8º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, entre 1º de janeiro e 30 de abril de cada ano-calendário, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da LSA e, extraordinariamente, sempre que necessário aos negócios sociais ou conforme exigido. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais serão sempre realizadas em Dias Úteis, durante o horário comercial e na sede da Companhia, salvo se expressamente acordado de outra forma entre os Acionistas. **Artigo 10º.** A Assembleia Geral poderá ser realizada de forma digital ou híbrida (participação presencial ou por plataforma digital), desde que respeitados o direito de voto e voz dos Acionistas, bem como observados os prazos e procedimentos de convocação, instalação e deliberação constantes no Acordo de Acionistas e neste Estatuto Social. **Artigo 11º.** As Assembleias Gerais serão convocadas, observado o disposto na LSA, por qualquer dos Diretores da Companhia e, adicionalmente aos procedimentos legais de convocação, o Diretor que convocar a Assembleia Geral deverá enviar aos Acionistas comunicação escrita com aviso de recebimento ou por correio eletrônico, com cópia à Companhia. A assembleia Geral também poderá ser convocada por acionistas), nas hipóteses previstas no art. 123 da LSA. **§ 1º.** Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais, será regular a Assembleia Geral (a) a que comparecerem todos os Acionistas; ou (b) a que todos os Acionistas assinarem contrarrecibo de convocação recebido. **§ 2º.** Os atos de convocação da Assembleia Geral conterão as informações sobre o local, a data e o horário em que a respectiva Assembleia Geral será realizada e a ordem do dia detalhada, bem como qualquer documentação que será utilizada para fundamentar os assuntos a serem discutidos em tal Assembleia Geral. **§ 3º.** Nenhuma deliberação será considerada validamente aprovada acerca de assuntos não expressamente incluídos na ordem do dia constante dos atos de convocação da Assembleia Geral, salvo se aprovada por 100% dos Acionistas. **§ 4º.** As Assembleias Gerais deverão ser convocadas conforme prazos constantes da LSA. **§ 5º.** A Assembleia Geral terá seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta por presidente e secretário, escolhidos pela maioria dos acionistas presentes. **Artigo 12º.** As Assembleias Gerais da Companhia, ressalvadas as exceções previstas em Lei, somente poderão ser instaladas, em primeira convocação, com a presença dos Acionistas que representem, no mínimo, ¼ do total de Ações de emissão pela Companhia com direito a voto e, em segunda convocação, com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, a maioria das Ações de emissão pela Companhia com direito a voto. **Artigo 13º.** Ressalvados os casos previstos em Lei, no Acordo de Acionistas ou no Estatuto Social, e no **§ 3º do Artigo 14º** abaixo, as deliberações em Assembleia Geral serão tomadas pelos Acionistas titulares da maioria das Ações de emissão pela Companhia e com direito a voto, não computados os votos em branco. **Artigo 14º.** Compete privativamente à Assembleia Geral, além de outras atribuições que lhe sejam outorgadas pelo Acordo de Acionistas, pelo Estatuto Social ou pelas Leis aplicáveis, deliberar sobre as seguintes matérias: a) Avaliação e aprovação das contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia e da Harapay Instituição de Pagamentos S.A. (“HDT”), subsidiária integral da Companhia; b) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos da Companhia e da HDT, bem como aprovação e alterações da Reserva de Cyber Segurança (quando constituída); c) Alteração do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social ou das disposições a respeito de destinação dos lucros e resultados e distribuição de dividendos pela Companhia e pela HDT previstos no Acordo de Acionistas; d) Eleição e destituição dos membros da Diretoria, nos termos do Acordo de Acionistas, e do Conselho Fiscal, quando instaurado, da Companhia e da HDT, exceto na hipótese da letra “e)” deste **Artigo 14º**; e) Destituição e eleição de novo Diretor da Companhia e da HDT nas hipóteses de Motivo Relevante (conforme definido no Acordo de Acionistas) ou na hipótese do item 6.6.2. do Acordo de Acionistas; f) Aprovação da política de remuneração dos administradores da Companhia e da HDT; g) Nomeação da empresa de auditoria independente responsável por auditar anualmente as demonstrações financeiras da Companhia e da HDT, bem como a tomada de quaisquer medidas que impliquem ou autorizem a mudança da empresa de auditoria; h) Aprovações e alterações nas políticas, práticas ou princípios de contabilidade da Companhia e da HDT, e que não decorram de aderência/adequação à

legislação aplicável à Companhia e à HDT; i) Aprovações e alterações nas políticas e práticas de Compliance, relação com público externo e Autoridades Públicas, prevenção e combate à corrupção e lavagem de dinheiro da Companhia e da HDT; j) Aprovações e alterações na política e práticas de Cyber Segurança da Companhia e da HDT; k) Contratação (i) das operações e linhas de crédito constantes do **§ 1º** deste **Artigo 14º**; e (ii) de qualquer novo empréstimo, financiamento, dívida, adiantamento ou outorga de qualquer garantia (real ou fidejussória), ou qualquer tipo de operação que implique endividamento da Companhia ou da HDT, conforme o caso, sendo certo que a utilização, dentro do curso normal dos negócios, dos recursos decorrentes das operações e linhas de crédito nas operações da Companhia e da HDT indicados no **§ 1º** deste **Artigo 14º** não serão considerados como novos endividamentos e não serão sujeitas à deliberação em Assembleia Geral; l) Aprovação do Plano de Negócios e do Orçamento Anual da Companhia e da HDT; m) Aprovação de transação de qualquer natureza quando tal transação estabelecer limitação da utilização, perda de propriedade/titularidade, ou do recebimento de proventos econômicos em relação ao software denominado “ContaPag”, ao produto da ContaPag e demais ativos, bens e direitos necessários ao funcionamento e operação da “ContaPag” e dos demais negócios da HDT. O disposto nesta hipótese inclui, sem limitação, contratos e acordos de compra, venda, cessão, aluguel, licenciamento, constituição de Ônus, ou parceria; n) Aprovação de transação, cessão, constituição de Ônus ou qualquer outra movimentação financeira de qualquer natureza (incluindo a utilização para pagamentos de gastos e obrigações da Companhia, da HDT ou de terceiros) do “Caixa de Terceiros” que esteja em controle/posse pela Companhia ou de suas Controladas, incluindo a HDT, conforme definido no Acordo de Acionistas; o) Celebração de contratos, assunção de obrigações ou realização de qualquer outra transação ou negócio jurídico com “Partes Relacionadas” da Companhia, da HDT ou de seus Acionistas e Diretores, conforme definido no Acordo de Acionistas; p) Aprovação de operações que envolvam a aquisição ou a venda de outra sociedade ou entidade pela Companhia, incluindo as Ações de emissão da HDT, ou/ou pela HDT; q) Juizamento de qualquer ação judicial, medida administrativa perante Autoridades Governamentais ou procedimento arbitral pela Companhia ou pela HDT, em valores acima de R\$50.000,00; r) Aprovação de plano de opção de compra de ações (stock option) para empregados e Diretores da Companhia e da HDT; s) Ingresso da Companhia ou da HDT em um novo mercado ou segmento de negócio, ou encerramento pela HDT de um ou mais atuais negócios praticados pela HDT; t) Compra de Ações de sua emissão pela própria Companhia ou pela HDT, conforme caso, para manutenção em tesouraria ou cancelamento, nos termos da LSA; u) Amortizações e/ou resgate de Ações pela Companhia ou pela HDT; v) Aumento ou redução de capital, ou ainda, emissão de ações ou qualquer título ou valor mobiliário, conversível ou não em ações da Companhia ou da HDT, e fixação do preço de emissão, ressalvadas as hipóteses da letra “w)” deste Item; w) Aumento de capital e emissão de Ações em situações que caracterizem o Aporte de Emergência. Para os fins deste item, o “Aporte de Emergência” é necessário caso a Companhia ou a HDT não disponham de caixa e equivalentes em valor suficiente para (i) cumprir com obrigações previamente assumidas e cujo vencimento seja iminente que não sejam passíveis de renegociação ou obtenção de recursos junto a instituições financeiras em condições usuais de mercado para satisfação das obrigações; ou (ii) cobrir perdas e/ou despesas extraordinárias; ou (iii) atendimento a determinações por escrito de autoridades Governamentais; x) Criação de novas classes de ações na Companhia ou da HDT, bem como a emissão de novas Ações sem guardar proporção com as demais espécies e classes existentes; y) Alteração dos direitos, preferências ou vantagens atribuídos às ações de emissão da Companhia e da HDT; z) Aprovação de bens com que (i) os Acionistas concorram para a formação do capital social da Companhia; ou (ii) a Companhia concorra para a formação do capital social da HDT; aa) Qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia ou da HDT, que não sejam objeto de deliberações e alterações sobre assuntos e matérias específicas estabelecidas em outras letras do presente **Artigo 14º**; bb) Transformação do tipo societário, cisão, fusão, incorporação de sociedade pela Companhia ou pela HDT, bem como sua incorporação em outra; cc) Dissolução e liquidação da Companhia ou da HDT, nomeação e destituição dos liquidantes e cessação do estado de liquidação; dd) Requerimento de autotutela ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou da HDT; ee) Orientação de voto a membro da Diretoria indicado pela Companhia em qualquer sociedade da qual a Companhia faça parte; ff) Celebração, aditamento ou renovação pela HDT de contratos comerciais relativos à prestação dos serviços e produtos relativos aos negócios da HDT em que haja a cessão, gratuita ou não, ao cliente de Cofres e ATMRs; e) que uma ou mais das seguintes hipóteses não estejam previstas na minuta do contrato a ser celebrado, aditado ou renovado: (i) previsão de prazo de vigência igual ou superior a 60 meses; (ii) previsão de uma taxa mensal fixa de remuneração da HDT igual ou superior a 2,5 (duas vezes e meia) o valor equivalente da parcela mensal de um financiamento de leasing (conforme valores de mercado); e (iii) previsão de cláusula que atribua ao cliente a obrigação de, havendo a extinção antecipada do contrato por vontade ou culpa do cliente, pagar multa em favor da Companhia ou da HDT em valor equivalente, no mínimo, ao saldo em aberto da dívida contraída pela Companhia ou pela HDT para compra dos Cofres e/ou ATMRs; e)g) Aprovação da cessão dos recebíveis da Companhia ou da HDT a um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC que, dentre outros cotistas, seja investido pela Companhia que realizará investimentos, na condição de cotista no referido FIDC adquirente dos recebíveis da Companhia ou da HDT; e h) Aprovação de quaisquer alterações que impliquem ou autorizem revisões nas previsões/contas do Plano de Negócios ou do Orçamento Anual em mais de 20,00% da referida previsão/conta. **§ 1º.** Anualmente, ou em periodicidade inferior caso necessário, os Acionistas deverão reunir-se em Assembleia Geral para aprovação das operações financeiras, linhas de crédito e quaisquer outros tipos de operação de endividamento que poderão ser contratadas pela Diretoria para financiamento das operações da Companhia ou da HDT para execução do Orçamento Anual. **§ 2º.** Todas as matérias e deliberações previstas neste **Artigo 14º** e relativas à HDT deverão ser objeto de prévia deliberação pelos Acionistas em Assembleia Geral, para que sejam aprovadas pela Companhia em sede de Assembleia Geral da HDT e, portanto, implementadas no âmbito da HDT. **§ 3º.** As matérias indicadas (i) nas letras “b)”, “c)”, “d)”, “h)”, “i)”, “m)”, “o)”, “r)”, “s)”, “t)”, “z)”, “bb)”, “cc)”, “dd)”, “ggg)” e “hh)” do **caput do Artigo 14º** acima somente serão tomadas pelos Acionistas titulares de 70% das Ações de emissão pela Companhia e com direito a voto, não computados os votos em branco; (ii) na letra “n)” do **caput do Artigo 14º** acima somente será tomada pela unanimidade dos Acionistas titulares de Ações com direito a voto; e (iii) na hipótese da letra “e)” do **caput do Artigo 14º** acima será aprovada por Acionistas titulares da maioria das Ações com direito a voto, desconsiderando-se a participação do Acionista que tenha indicado o Diretor objeto da deliberação de destituição, nos termos do Acordo de Acionistas. Para as demais hipóteses do **caput do Artigo 14º** não expressamente mencionadas ou outras previsões deste Acordo que não façam referência a um quórum de aprovação, observar-se-á o quórum de aprovação do **Artigo 13º** acima. **Artigo 15º.** As atas das Assembleias Gerais serão lavradas em livro próprio, registrando as ocorrências e deliberações tomadas pela Assembleia Geral. **Capítulo IV – Administração.** **Artigo 16º.** A Companhia não contará com Conselho de Administração, sendo administrada por uma Diretoria, observadas as disposições previstas em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia e da LSA, estando os administradores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **Artigo 17º.** A Diretoria da Companhia será composta por 02 Diretores, sendo 01 Diretor Presidente e 01 Diretor Executivo, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 03 anos, sendo permitida a reeleição. **Artigo 18º.** Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos. No caso de vacância de qualquer cargo da Diretoria, o respectivo substituto será eleito por deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 19º.** Os Diretores serão eleitos em Assembleia Geral, dentre pessoas que, além de preencherem os requisitos legais, sejam de reconhecida idoneidade, possuam competência, capacidade técnica e comprovada experiência profissional. **§ Único.** Os acionistas poderão estabelecer, em Acordo de Acionistas, requisitos adicionais para a eleição dos membros da Diretoria, bem como hipóteses de motivos relevantes que justifiquem a destituição antecipada e motivada dos membros da Diretoria. **Artigo 20º.** A Diretoria terá as atribuições e os poderes que lhe são conferidos pela legislação em vigor, pelo Acordo de Acionistas e por este Estatuto, de modo a assegurar o funcionamento normal da Companhia e a continuidade de seus negócios. **Artigo 21º.** Compete aos Diretores a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por Lei, pelo Estatuto Social ou pelo Acordo de Acionista atribuída a competência à Assembleia Geral. **§ 1º.** Caberá ao Diretor Presidente: a) administrar e executar as atividades diárias e rotineiras da Companhia; b) manter os Acionistas informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações, inclusive sobre desvios do Plano de Negócios e Orçamento Anual; c) liderar todas as operações relativas às atividades da Companhia e os negócios da HDT; d) planejar e propor a expansão e desenvolvimento de novas atividades à Assembleia Geral; e) coordenar a prestação dos serviços e oferta de produtos pela Companhia aos clientes; f) identificar novas tecnologias e oportunidades que possam ser aproveitadas nos negócios da HDT; g) liderar equipes; h) acompanhar e coordenar a rotina operacional; i) garantir a produtividade e a gestão adequada dos recursos para aprimorar a eficiência e a produtividade das operações da Companhia; j) controlar e garantir a qualidade dos produtos e serviços da Companhia; k) liderar e coordenar a área comercial e de vendas; e l) outras atribuições de gestão interna da Companhia e que sejam fixadas pela Assembleia Geral. **§ 2º.** Caberá ao Diretor Executivo: (a) em auxílio ou substituição ao Diretor Presidente, administrar e executar as atividades diárias e rotineiras da Companhia; (b) manter os Acionistas informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações, inclusive sobre desvios do Plano de Negócios e Orçamento Anual; c) acompanhar e auxiliar o Diretor Presidente em todas as operações relativas às atividades da Companhia e aos negócios da HDT; (d) auxiliar o Diretor Presidente no planejamento e nas propostas de expansão e desenvolvimento de novas atividades à Assembleia Geral; e) identificar novas tecnologias e oportunidades que possam ser aproveitadas nos principais negócios da Companhia; f) auxiliar o Diretor Presidente na liderança de equipes; g) auxiliar o Diretor Presidente na garantia de produtividade e gestão adequada dos recursos da Companhia; h) controlar e garantir a qualidade dos produtos e serviços da Companhia; e i) outras atribuições de gestão interna da Companhia e que sejam fixadas pela Assembleia Geral. **§ 3º.** Os Diretores deverão, conjuntamente, elaborar e propor à Assembleia Geral o Plano de Negócios e Orçamento Anual da Companhia, bem como as políticas e práticas de Compliance, relação com público externo, Autoridades Públicas, prevenção e combate à corrupção e lavagem de dinheiro da Companhia, e Cyber Segurança da Companhia. **Artigo 22º.** Observados os atos, matérias e alçadas que dependam de aprovação obrigatória pela Assembleia Geral na forma da LSA, deste Estatuto Social ou do Acordo de Acionistas, compete aos 02 Diretores conjuntamente a representação da Companhia perante terceiros, incluindo, mas não se limitando, a assinatura de documentos, a prática de atos (com ou sem movimentação bancária), a realização de contratações, a celebração de contratos, a prática de

negócios jurídicos ou de demais atos que vinculem a Companhia perante quaisquer Pessoas, observando-se as únicas exceções constantes dos Parágrafos do presente Artigo. No caso de impasse entre os Diretores da Companhia para a prática de um ou mais atos que não dependam de deliberação prévia em Assembleia Geral e/ou que não estejam já delimitados no Plano de Negócios ou Orçamento Anual da Companhia, o entendimento do **Artigo Executivo**, desde que fundamentado, deverá prevalecer, hipótese em que a representação da Companhia na forma deste Artigo poderá ocorrer de forma individual pelo Diretor Executivo. **§ 1º.** A prática dos atos de representação da Companhia poderá ser realizada por procuradores constituídos pela Companhia que, em substituição a 01 ou aos 02 dos Diretores, poderá(ão) validamente representar a Companhia. Cada procurador, observada a regra do **§ 2º** deste **Artigo 22º**, poderá substituir a assinatura de um único Diretor da Companhia. **§ 2º.** O procurador que seja constituído por assinatura de 01 Diretor, não poderá ser o procurador que represente a Companhia em conjunto com o Diretor que tenha constituído esse procurador. A título de exemplo, caso um procurador seja constituído por assinatura do Diretor Presidente, a representação da Companhia para atos que exija assinatura conjunta de 02 Diretores ou 02 procuradores, dependerá, obrigatoriamente, da assinatura do Diretor Executivo, ou de procurador constituído por assinatura do Diretor Executivo, observado o direito de resolução de impasses atribuído ao Diretor Executivo, na forma deste **Artigo 22º**. **Artigo 23º.** A constituição de procuradores pela Companhia dependerá da assinatura de 01 Diretor, observada (i) a possibilidade de a Assembleia Geral aprovar a constituição de determinado procurador; e (ii) o disposto nos **Parágrafos 1º e 2º do Artigo 22º** acima. Todas as procurações outorgadas pela Companhia deverão ter prazo de validade de até 1 ano, ressalvadas as procurações *ad iudicia*. **Artigo 24º.** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, podendo ser alterada a qualquer momento. **Artigo 25º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral. **Capítulo V – Conselho Fiscal.** **Artigo 26º** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto por no mínimo 3 membros e igual número de suplentes com as atribuições e competências previstas em lei. **§ 1º.** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição. **§ 2º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 dias que se seguirem à sua eleição. **§ 3º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§ 4º.** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes. **Capítulo VI – Exercício Social e Destinação dos Lucros.** **Artigo 27º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. **§ 1º.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria procederá à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes. **§ 2º.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas anualmente por uma firma de auditoria independente, a ser escolhida pela Assembleia Geral de Acionistas, observados requisitos de escolha que constem do Acordo de Acionistas. **Artigo 28º.** O lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, terá a seguinte destinação: a) 5% serão destinados à reserva legal, até o limite previsto em Lei; b) 0,01%, no mínimo, será distribuído a título de dividendo obrigatório, calculado sobre o saldo, após procedidas as deduções e destinações obrigatórias; e c) Descontados os valores constantes das letras “a)” e “b)” deste **Artigo**, o saldo remanescente deverá ter a destinação a ser aprovada pelos Acionistas em Assembleia Geral. **§ Único.** Os acionistas comprometem-se a discutir e aprovar, conforme valores e limites a serem aprovados em Assembleia Geral, uma “Reserva de Investimento em Cyber Segurança” que terá por finalidade assegurar recursos para o investimento na segurança dos sistemas de computador e softwares da Companhia e da HDT contra roubo, acessos não autorizados, interrupção de acesso, ou danos ao hardware, software ou dados eletrônicos. **Artigo 29º.** Os acionistas observarão as políticas de distribuição de resultados definidas em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **Artigo 30º.** A Companhia elaborará demonstrações financeiras dentro da forma e do prazo previstos na legislação aplicável, podendo, ainda, elaborá-las em períodos menores por deliberação da Assembleia Geral, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nessas demonstrações financeiras, observadas as limitações previstas em Lei. **§ 1º.** Os dividendos declarados na forma deste Artigo constituirão antecipação dos dividendos obrigatórios. **§ 2º.** Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser distribuídos dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 31º.** O valor dos juros (líquidos dos tributos retidos na fonte), pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser considerado como dividendos distribuídos para fins de alcance do percentual relativo ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais. **Capítulo VII – Liquidação.** **Artigo 32º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo VIII – Acordo de Acionistas.** **Artigo 33º.** No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social deverão ser observados os termos e condições contidos no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, nos termos do art. 118 da Lei nº 6.404/1976, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias ao Acordo de Acionistas e ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria abster-se de computar os votos lançados contra o Acordo de Acionista, nos termos do presente Estatuto Social. **§ Único.** As obrigações e responsabilidades resultantes do Acordo de Acionistas serão válidas e oponíveis a terceiros, conforme previsto no art. 118 da LSA. **Capítulo IX – Disposições Finais.** **Artigo 34º.** Este Estatuto Social e os direitos dos acionistas nos termos deste Estatuto Social serão regidos, interpretados e executados de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 35º.** Os acionistas comprometem-se a envolver seus melhores esforços para resolver amigavelmente por negociação mútua qualquer disputa oriunda de ou relacionada a este Estatuto Social, incluindo, mas não limitado a quaisquer matérias relacionadas à existência, validade, eficácia, desempenho contratual, interpretação, violação ou rescisão (“Disputa”). Não sendo possível, contudo, chegarem a uma solução amigável sem a intervenção de terceiros, os acionistas, desde já, concordam que toda Disputa será submetida, de forma prévia e obrigatória, à mediação, de acordo com as disposições a seguir. **§ 1º.** Qualquer Disputa deverá ser objeto de, ao menos, uma sessão de mediação, sob a administração do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”), de acordo com as regras do regulamento de mediação em vigor à época da apresentação do requerimento, exceto no que este for modificado pelas disposições a seguir ou vier a ser alterado por acordo entre os acionistas. **§ 2º.** A primeira sessão de mediação deverá ser realizada dentro do prazo mínimo de 30 dias, contados a partir do recebimento da solicitação de mediação pela parte demandada, salvo acordo diverso entre as partes litigantes. Os acionistas declaram estar cientes que deverão comparecer à primeira sessão de mediação, conforme previsto no art. 2º, § 1º da Lei nº 13.140/2015. Apenas será considerado como obrigatório o comparecimento das partes litigantes à primeira sessão de mediação, e, após a realização da primeira sessão, a mediação somente terá seguimento se houver manifestação de vontade das partes litigantes. **§ 3º.** As sessões de mediação serão realizadas nas dependências da CCBC. **§ 4º.** O procedimento de mediação contará com a atuação de 01 mediador, que será escolhido de comum acordo pelas partes. Caso as partes não chegarem a um consenso, será adotado o procedimento previsto no regulamento de mediação da CCBC, sendo certo que a mediação terá, salvo acordo em contrário das partes litigantes, prazo máximo de duração de 06 meses. **§ 5º.** Caso não compareça à primeira sessão de mediação, havendo posterior instauração de procedimento arbitral para tratar da mesma controvérsia objeto da mediação proposta, a parte demandada ficará responsável pelo pagamento de 100% das custas e honorários sucumbenciais do procedimento arbitral, independentemente do resultado do processo. **Artigo 36º.** No caso de não ser possível chegar a um acordo mútuo por meio da mediação, e somente após a parte demandante ter comparecido à primeira sessão de mediação, os acionistas acordam que qualquer Disputa será designada a, e exclusiva e finalmente resolvida por, arbitragem obrigatória (“Arbitragem”) de acordo com o regulamento vigente no momento de instauração da Arbitragem (“Regulamento de Arbitragem”) da CCBC, que deverá administrar a Arbitragem, exceto no caso de um inadimplemento que permita que a outra parte inicie procedimentos de execução judicial de acordo com a Lei aplicável. **§ 1º.** A Companhia expressamente concorda com suas vinculações a esta cláusula compromissória para todos os fins legais. **§ 2º.** Caso o Regulamento de Arbitragem seja silente sobre qualquer aspecto de procedimento, ele deverá ser complementado pelas disposições pertinentes da Lei nº 9.307/1996, conforme alterada, complementada ou substituída de tempos em tempos (“Lei de Arbitragem”). O Regulamento de Arbitragem é considerado incorporado por referência neste Estatuto Social, exceto pelas regras eventualmente modificadas neste Estatuto Social. **§ 3º.** Para evitar qualquer dúvida, esta cláusula arbitral vincula igualmente todas as partes, devendo estar irrevogavelmente em pleno vigor e efeito, e sujeita à execução específica. Os acionistas expressamente concordam que nenhum instrumento ou condição adicional são exigidos para o pleno vigor e efeito desta cláusula compromissória. **§ 4º.** O Tribunal Arbitral deverá ter poderes para resolver todas e quaisquer Disputas em relação a qualquer controvérsia, inclusive questões complementares, e deverá ter poderes para emitir quaisquer ordens necessárias para as partes, inclusive liminares e cautelares antes de uma decisão final. O Tribunal Arbitral deverá aplicar as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, sendo vedado o julgamento por equidade. **§ 5º.** A Arbitragem será conduzida por tribunal composto por 3 árbitros a serem indicados na forma prevista no Regulamento de Arbitragem em vigor no momento de instauração da Arbitragem (“Tribunal Arbitral”). A Companhia deverá ser parte da Arbitragem somente na medida em que esteja abrangida pelos efeitos da Sentença Arbitral a ser proferida. **§ 6º.** O local da arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, onde a Sentença Arbitral será proferida. **§ 7º.** A Arbitragem será conduzida em português. **§ 8º.** Sem prejuízo de demais penalidades cabíveis, qualquer parte que frustrar ou impeça a instalação do Tribunal Arbitral, tanto por deixar de adotar medidas necessárias no prazo adequado, quanto por forçar as outras partes a adotarem as medidas estabelecidas no artigo 7º da Lei de Arbitragem, ou ainda, por deixar de cumprir com todos os termos desta cláusula compromissória ou da Sentença Arbitral, deverá pagar uma multa pecuniária de R\$50.000,00 por dia de atraso, aplicável, conforme

continua ...

... continuação da Alteração de Contrato realizada em 08/04/2022 da Harapay Holding Ltda. apropriado, a partir (a) da data na qual o Tribunal Arbitral deveria ter sido instalado; ou (b) da data designada para o cumprimento das disposições desta cláusula compromissória ou da Sentença Arbitral. **Artigo 37º.** Os acionistas têm pleno conhecimento de todos os termos e efeitos da cláusula de mediação e arbitragem ora acordadas, e irrevogavelmente concordam que a mediação e a Arbitragem são os únicos meios de resolução de quaisquer disputas oriundas de, ou em conexão com este Estatuto Social e/ou a este relacionado. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, os acionistas elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, exclusivamente para (a) a obtenção de medidas cautelares ou antecipações de tutela, antes da constituição do Tribunal Arbitral, na forma dos artigos 22-A e 22-B da Lei de Arbitragem; (b) a ação prevista no artigo 33 da Lei de Arbitragem; (c) a execução da Sentença Arbitral ou de qualquer outra decisão proferida pelo Tribunal Arbitral; (d) a execução de obrigações líquidas e certas que comportem, desde logo, execução judicial, ou para a execução de obrigações que admitam execução específica imediata; e (e) outros processos ou medidas judiciais expressamente admitidos pela Lei de Arbitragem. O ajuizamento de qualquer medida nos termos deste Item não implica qualquer renúncia à cláusula arbitral ou à plena competência do Tribunal Arbitral. **Artigo 38º.** Todos e quaisquer documentos e/ou informações trocados entre as partes litigantes serão confidenciais, mesmo após o encerramento da mediação ou da Arbitragem. A menos que de outra forma expressamente acordado por escrito pelas partes ou exigida por Lei, as partes, a Companhia, seus respectivos representantes, as testemunhas, o Tribunal Arbitral, a CBCC e seu secretariado se comprometem a manter confidenciais a existência, o conteúdo e todas as sentenças e decisões relativas à mediação e à Arbitragem, em conjunto com todo o material utilizado nestes e criados para seus propósitos, bem como outros documentos produzidos por qualquer parte ou pela Companhia durante a mediação e a Arbitragem, os quais não estão de outra forma no domínio público – exceto se e na medida em que tal divulgação seja exigida por uma das partes e/ou pela Companhia, de acordo com a Lei. **Artigo 39º.** A menos que de outra forma acordado por escrito, os acionistas devem continuar diligentemente a executar suas respectivas funções e obrigações nos termos deste Estatuto Social, enquanto a mediação ou a Arbitragem estiver pendente de instalação ou em curso. **Artigo 40º.** A violação deste Estatuto Social por um acionista não deverá afetar o acordado neste Capítulo a respeito da submissão de qualquer Disputa à mediação e à Arbitragem. A invalidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição deste Capítulo não deverá afetar a validade ou exequibilidade da obrigação dos acionistas de submeter suas Disputas à mediação e à Arbitragem ou às outras disposições deste Capítulo. **Artigo 41º.** As Sentenças Arbitrais deverão ser fundamentadas e enfrentar todos os argumentos deduzidos no procedimento capaz, em tese, de infirmar a conclusão adotada pelo Tribunal Arbitral, devendo os árbitros observar os requisitos de validade da sentença previstos no Regulamento

de Arbitragem, na Lei de Arbitragem e no artigo 489 da Lei nº 13.105/2015 ("Sentença Arbitral"). Os árbitros devem declarar expressamente em seus questionários de independência e imparcialidade que irão aderir a estas disposições, sendo que a ausência de tal declaração constituirá causa para recusa por qualquer uma das partes à nomeação do árbitro. **Artigo 42º.** A Sentença Arbitral deverá ser final, inapelável e vinculante para as partes litigantes, a Companhia, seus sucessores e cessionários, que concordam em cumprir a espontânea e expressamente, renunciando a qualquer forma de recurso, exceto para solicitar a correção de erro material ou esclarecimento de incerteza, dúvida, contradição ou omissão da Sentença Arbitral, como estipulado no artigo 30 da Lei de Arbitragem, exceto, ainda, pelo exercício, de boa-fé, da anulação estabelecida no artigo 33 da Lei de Arbitragem. Se necessário, a Sentença Arbitral pode ser executada em qualquer corte que tenha jurisdição ou autoridade sobre as partes litigantes e a Companhia. A Sentença Arbitral incluirá a distribuição de custos com a Disputa, incluindo honorários advocatícios razoáveis e despesas razoáveis observados os princípios da sucumbência, proporcionalidade e razoabilidade. São Paulo/SP, 08/04/2022. **Acionistas: Agnaldo de Freire Souza; Cristiane Hara Campano Souza; Prosegur Serviços e Participações Societárias S.A.**, Por: Alessandro Abrahão Netto de Jesus/Alexandre Ribeiro Fuente Canal. **Visto de advogado: Marco Gabriel T. Fiori** – OAB/SP: 312.549. JUCESP – Registrado sob o nº 220.368/22-3 e NIRE 35.300.591.721 em 04/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

dimensões social e ambiental e assume o compromisso com a responsabilidade socioambiental, na região de sua atuação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, colaborando para o crescimento econômico consciente, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social, através de seus negócios e contribui para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando que os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. **Auditoria e serviços de não auditoria:** A Companhia informa que não possui nenhum vínculo com os auditores independentes ou qualquer parte relacionada a eles, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. **Agradecimentos gerais:** Agradecemos aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços. São José dos Campos, 17 de março de 2023. A Administração

DM Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 37.555.231/0001-71

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas, Clientes e Parceiros: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da DM Sociedade de Crédito Direto S/A ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, aprovadas em 17 de março de 2023. **Sobre a Companhia:** A Companhia foi constituída em 07 de agosto de 2019 e teve aprovação do seu registro no dia 29 de junho de 2020, tendo por objeto promover operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, emitir moeda eletrônica e gestão de conta de pagamento pré-paga; prestar de serviços de análise de crédito e cobrança; participar no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras; e atuar como representante de seguros relacionados aos empréstimos. Em 03 de fevereiro de 2022 houve transferência de 1.484.654 das ações para constituição

da DMCARD Participações Ltda. que passou a ser a controladora principal da Companhia em decorrência da reorganização societária do Grupo DM conforme nota explicativa 8. **Política de distribuição de dividendos:** A política de dividendos da DM Sociedade de Crédito Direto S.A. assegura aos acionistas, estatutariamente, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% sobre os lucros auferidos, ou a dispensa dos dividendos com anuência de todos os acionistas em Assembleia. **Eventos significativos:** Em 16 de dezembro de 2022 a Companhia obteve autorização do Banco Central do Brasil para a mudança da denominação social para DM Sociedade de Crédito Direto S.A. (anteriormente DMCARD Sociedade de Crédito Direto S.A.). **Responsabilidade socioambiental:** Nosso propósito é valorizar as pessoas sem deixar ninguém para trás, simplificando e democratizando o acesso aos serviços financeiros para milhões de pessoas de forma inclusiva, transparente e com o pensamento digital visando a felicidade e compartilhando com as partes interessadas. O Grupo DM entende que atuar com responsabilidade social e agir de maneira ética e transparente em todas as suas operações, valorizar e garantir a integração das

dimensões social e ambiental e assume o compromisso com a responsabilidade socioambiental, na região de sua atuação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, colaborando para o crescimento econômico consciente, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social, através de seus negócios e contribui para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando que os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. **Auditoria e serviços de não auditoria:** A Companhia informa que não possui nenhum vínculo com os auditores independentes ou qualquer parte relacionada a eles, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. **Agradecimentos gerais:** Agradecemos aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços. São José dos Campos, 17 de março de 2023. A Administração

Balancos Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)			
	2022	2021	
Ativo			
Circulante	1.243	1.260	
Caixa e equivalentes de caixa	298	2	
Disponibilidades	8	2	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	290	-	
Instrumentos financeiros	915	1.242	
Títulos e valores mobiliários	913	1.239	
Operações de crédito	2	3	
Outros créditos	30	16	
Impostos e contribuições a compensar e a recuperar	30	16	
Total do ativo	1.243	1.260	
Passivo e patrimônio líquido	1.232	1.256	
Circulante	11	4	
Outras Obrigações	11	4	
Fornecedores	10	3	
Fiscais e previdenciárias	1	1	
Patrimônio líquido	1.232	1.256	
Capital social	1.785	1.485	
Prejuízos acumulados	(553)	(229)	
Total do passivo e patrimônio líquido	1.243	1.260	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)			
	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.485	(25)	1.460
Prejuízo líquido do exercício	-	(204)	(204)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.485	(229)	1.256
Adiantamento para futuro aumento de capital	300	-	300
Prejuízo líquido do exercício	-	(324)	(324)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.785	(553)	1.232
Saldos em 30 de junho de 2022	1.485	(403)	1.082
Adiantamento para futuro aumento de capital	300	-	300
Prejuízo líquido do semestre	-	(150)	(150)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.785	(553)	1.232

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)			
	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Prejuízo líquido do semestre	(150)	(324)	(204)
Outros resultados abrangentes do período, segregados em:			
a) itens que poderão ser reclassificados para o resultado	-	-	-
b) itens que não poderão ser reclassificados para o resultado	-	-	-
Resultado abrangente do período	(150)	(324)	(204)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)			
	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	(150)	(324)	(204)
Resultado líquido ajustado	(150)	(324)	(204)
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:			
Instrumentos financeiros	157	327	262
Outros créditos	(9)	(14)	(8)
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:			
Fiscais e previdenciárias	(3)	-	-
Outras obrigações	-	7	(53)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	(5)	(4)	(3)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	300	300	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	300	300	-
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	295	296	(3)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	3	2	5
No fim do semestre/exercício	298	298	2
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	295	296	(3)

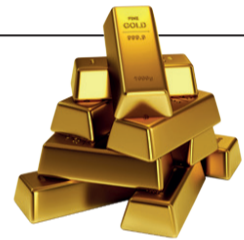
e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2023.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 276.85/00 F SP

Jonas Moreira Salles
Contador
CRC SP 295.315/04

Ouro fecha em alta, impulsionado por recuo do dólar e dos juros dos Treasuries



O contrato mais líquido do ouro fechou em alta na quinta-feira, 20, com o metal impulsionado por uma desvalorização do dólar, que torna a commodity, cotada no ativo americano, mais atraente para detentores de outras moedas. Além disso, houve recuo nos juros dos Treasuries, que competem com o ouro na busca por segurança, o que tende também a dar força às cotações do metal. Os movimentos estiveram ligados à divulgação de indicadores da economia dos Estados Unidos.

O ouro para junho fechou em alta de 0,59%, em US\$ 2.019,10 a onça-troy, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex).

Os preços do ouro se recuperaram na quarta-feira, mas ainda é possível ver mais pressão para baixo nos preços do ouro se os rendimentos continuarem subindo, mas isso estagnou um pouco após uma recuperação decente nos últimos dias, aponta o analista da Oanda Craig Erlam.

Nesta quinta, o dólar se desvalorizava de forma generalizada, com a aceleração dos pedidos de auxílio-desemprego, que foi interpretada pela Oxford Economics como um sinal de que o aperto do mercado de trabalho americano está diminuindo.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Publicidade Legal

DMCard Participações S.A.

CNPJ/ME nº 45.586.447/0001-22

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas, Clientes e Parceiros: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da DMCard Participações S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Contexto Organizacional:** A DMCard Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de março de 2012, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, com objetivo principal a participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia ou de qualquer outra forma. Os acionistas das empresas do Grupo DM decidiram ceder e transferir o capital

social e suas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade para constituição da Companhia, e firmaram um acordo de investimento com objetivo de receber investimento em suas operações. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2023. **Operações:** A Companhia atua como investidora de empresas do Grupo DM para o contínuo processo de inovações contínuas pelo emprego de tecnologias para aumentar a percepção de valor pelo lojista e clientes, garantindo, assim, um crescimento saudável, com maior rentabilidade e consequente aumento de retorno aos acionistas. **Práticas contábeis:** As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas

na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Auditoria e serviços de não auditoria:** A Companhia informa que não possui nenhum vínculo com os auditores independentes ou qualquer parte relacionada a eles, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Agradecemos aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços.

São José dos Campos, 29 de março de 2023.

Denis César Correia – Presidente

Balancos Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora Consolidado	
	2022	2022
Ativo		
Circulante	5.108	1.248.396
Caixa e equivalentes de caixa	107	176.136
Aplicação Financeira	-	317
Títulos e Valores Mobiliários	-	1.265
Contas a receber	-	1.049.268
Contas vinculadas	-	280
Tributos e contribuições a recuperar	275	3.670
Despesas antecipadas	-	2.130
Outros créditos	4.726	15.330
Não circulante	133.055	78.385
Depósito judicial	-	60
Despesas antecipadas	-	2.203
Outros créditos	10.825	4.015
Investimentos	122.230	-
Imobilizado	-	14.407
Intangível	-	57.700
Total do ativo	138.163	1.326.781
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	37.357	810.454
Fornecedores	-	6.194
Contas a pagar lojistas	-	587.380
Empréstimos e financiamentos	34.172	167.577
Salários e encargos sociais	-	7.203
Tributos e contribuições sociais	122	10.336
Tributos e impostos parcelados	-	3.295
Debêntures	-	10.172
Passivos contingentes	-	166
Dividendos a pagar	3.033	3.171
Outras contas a pagar	30	14.960
Não circulante	413.181	
Empréstimos e financiamentos	-	17.390
Tributos e impostos parcelados	-	13.025
Debêntures	-	28.156
Obrigações em Operações de Transferência de Ativos	-	354.610
Patrimônio líquido	100.806	103.146
Capital social	78.757	78.757
Reserva legal	505	2.753
Reserva de lucros	6.571	6.960
Reserva de capital	17.018	17.018
Ações de tesouraria	(2.045)	(2.045)
Prejuízos acumulados	-	(297)
Total do passivo e do patrimônio líquido	138.163	1.326.781

Demonstrações dos Resultados – Período de 09 de março de 2022 a 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora Consolidado	
	09/03/2022 a 31/12/2022	09/03/2022 a 31/12/2022
Receita líquida de serviços e operação de investimento	1.196	384.253
(-) Custo dos serviços prestados	-	(307.571)
(=) Lucro Bruto	1.196	76.682
(+/-) Despesas/receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(39)	(53.038)
Outras receitas operacionais	-	232.320
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	(370.123)
Resultado Equivalência Patrimonial	12.404	(7)
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	13.561	(114.166)
Despesas financeiras	(3.729)	(347.059)
Receitas financeiras	277	474.818
(=) Resultado financeiro líquido	(3.452)	127.759
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.109	13.593
(-) Imposto de Renda	-	(2.489)
(-) Contribuição Social	-	(1.049)
(=) Lucro do exercício	10.109	10.055
Nº de ações (Mil)	50.981	50.981
Lucro líquido por lote de Mil Ações (em R\$)	0,20	0,20

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Período de 09 de março de 2022 a 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora Consolidado	
	2022	2022
Lucro do exercício	10.109	10.055
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	10.109	10.055

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

DMCard Participações S.A. São José dos Campos-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DMCard Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da DMCard Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de Capital	Reservas Legal	Reservas de Lucros	Ações de tesouraria	Lucro do exercício	Total
	2022	2022						
Saldos em 09 de março de 2022	43.757	-	-	-	-	-	-	43.757
Integralização de capital	35.000	17.303	-	-	(2.303)	-	-	50.000
Ações de tesouraria	-	(285)	-	-	258	-	-	(27)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	10.109	-	10.109
Destinação de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	505	-	-	-	(505)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	6.571	-	-	(6.571)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(3.033)	(3.033)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	78.757	17.018	505	6.571	(2.045)	-	-	100.806
Mutação do exercício	78.757	17.018	505	6.571	(2.045)	-	-	100.806

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora Consolidado		Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
	2022	2022		
Fluxo de caixa de atividades operacionais	10.109	10.055		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Ajustes por:				
Amortização	-	4.725	-	(76)
Depreciação	-	2.474	-	(263)
Resultado de equivalência patrimonial	-	7	-	327
Juros arrendamento mercantil	-	368	-	22
Provisão para processos judiciais	-	23	-	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social	-	3.538	-	-
Resultado líquido ajustado (Aumento) diminuição em ativos operacionais:	10.109	21.190	(80.500)	(30.511)
Contas a receber	-	(212.520)	52.603	52.603
Contas vinculadas	-	4.303	288	288
Tributos e contribuições a recuperar	(275)	4.495	(261)	(261)
Outros créditos	(15.551)	(3.896)	-	-
Outros ativos	-	(2.397)	30.515	179.609
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:				
Fornecedores	-	1.530	-	(91.735)
Contas a pagar lojistas	-	74.268	-	20.570
Salários e encargos sociais	-	689	-	(59.826)
Tributos e contribuições sociais	122	20.186	-	-
Outras contas a pagar	3.057	(860)	-	171.610
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(12.647)	(114.202)	83.145	243.965
Impostos pagos sobre lucro	-	(3.244)	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais	(2.538)	(96.256)	107	117.198
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de intangíveis	-	(29.966)	-	-
Baixa de intangíveis	-	10.653	-	58.938
Aquisição de imobilizado	-	(2.184)	-	-
Baixa de imobilizado	-	749	-	-
Aquisição de carteira de clientes	-	(9.773)	107	176.136
Aquisição de investimentos	(80.500)	-	-	-
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	107	117.198		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	107	176.136	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	107	117.198		

Diretoria

Tharik Camocardi de Moura	Carolina Camacho de Paula	Bruno Pascele Piva
CFO e Relação com Investidores	Contadora CRC 1SP 317.067/0-7	Controller CRC 1SP 267.093/0-2

à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP27685/0-0 F SP
Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP 295315/0-4

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,0491 / R\$ 5,0497 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,0570 / R\$ 5,0590 *

Turismo - R\$ 5,1600 /

R\$ 5,2570

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: -0,49%

OURO BM&F

R\$ 321.70

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,44%

Pontos: 104.366

Volume financeiro:

R\$ 40,688 bilhões

Majores altas: PETZ

(5,81%), HAPVIDA ON

(5,28%), Grupo Soma ON

(3,44%)

Majores baixas: Usiminas

PNA (-3,10%), Vale ON

(-1,48%), Embraer ON

(-1,03%)

S&P 500 (Nova York):

-0,6%

Dow Jones (Nova York):

-0,33%

Nasdaq (Nova York):

-0,8%

CAC 40 (Paris): -0,14%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,62%

Financial 100 (Londres):

0,05%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,18%

Hang Seng (Hong Kong):

0,14%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,09%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -0,28%

Merval (Buenos Aires):

2,33%

IPC (México): -0,03%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Novembro 2022: 0,41%

Dezembro 2022: 0,62%

Janeiro 2023: 0,53%

Fevereiro 2023: 0,84%

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Juros: Taxas caem após alta recente, com otimismo sobre ajuste em regra fiscal



Os juros futuros fecharam em baixa, em correção ao movimento de alta de ontem, estimulados pela percepção de menor risco de atuação mais agressiva do Federal Reserve na política monetária e expectativa de ajustes no texto do arcabouço fiscal no Congresso. Na semana, porém, as taxas subiram, com ganho de inclinação, refletindo os atrasos da entrega da regra fiscal ao Legislativo e a decepção com o teor do projeto.

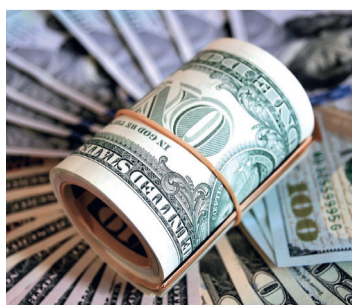
A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 fechou em 13,22%, de 13,27% no ajuste de ontem, e a do DI para janeiro de 2025 caiu de 12,11% para 11,96%. A taxa do DI para janeiro de 2027 encerrou em 11,93%, de 12,09%, e a do DI para janeiro de 2029 recuou de 12,43% para 12,33%. Na semana, as taxas até o miolo avançaram até 10 pontos-base e as longas, até 25 pontos.

O mercado aparou prêmios especialmente nos vértices intermediários, refletindo ainda a opção do Tesouro de colocar lotes menores, em quantidades e risco, no leilão de prefixados. Logo pela manhã, os temores de recessão que se instalavam no exterior já influenciavam a curva de juros, após divulgação de balanços decepcionantes da Tesla, American Express e AT&T e aceleração nos pedidos de auxílio-desemprego nos Estados Unidos, além da ata do Banco Central Europeu (BCE), considerada "hawkish". Os juros dos Treasuries cederam, assim como o dólar.

IstoÉDinheiro

DMCard Securitizadora S.A.																																																																																															
CNPJ/MF nº 36.238.874/0001-29																																																																																															
Relatório da Administração																																																																																															
<p>Aos Senhores Acionistas, Clientes e Parceiros: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da DMCard Securitizadora S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31/12/2022, aprovadas em 17/03/2023. Sobre a Companhia: A Companhia foi constituída em 02/12/2019 e teve aprovação do seu registro no dia 04/02/2020, tendo por objeto a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de títulos e valores mobiliários lastreados em tais ativos, a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis, a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos. Com a Lei 14.430</p>																																																																																															
<p>de 04/08/2022, fica definido um conceito único de securitização que é a aquisição de direitos creditórios para lastrear a emissão de Certificados de Recebíveis (CR) ou outros títulos e valores mobiliários perante investidores, cujo pagamento é primariamente condicionado ao recebimento de recursos dos direitos creditórios e dos demais bens, direitos e garantias que o lastreiam. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Aquisição de debêntures de emissão da própria companhia: A Companhia celebrou em 13/04/2022, instrumento particular de escritura da 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos. A vigência é de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão de Escritura das Debêntures e a remuneração correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI (Certificado de Depósito Interbancário), acrescida de uma sobretaxa de 5,5% ao ano. Em 11/11/2022, a Companhia realizou Assembleia Geral de Debenturistas para repactuar as datas de pagamento de remuneração e principal das Debêntures. Ficou aprovado pelos debenturistas as alterações a seguir: (i) o prazo de vigência das Debêntures de 60 (sessenta) para 80 (oitenta) meses; (ii) período de carência das Debêntures de 30 (trinta) para 44 (quarenta e quatro) meses; e (iii) data de vencimento das Debêntures de abril 2025 para dezembro 2026. Essa estratégia de repactuação se deu em função das incertezas políticas e econômicas durante período eleitoral, e pela rentabilidade atrativa do investimento junto aos debenturistas. Destaque do 4º trimestre: A Companhia não registrou destaques relevantes no 4º trimestre de 2022. Política de distribuição de dividendos: Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre os lucros auferidos no encerramento de cada exercício. Responsabilidade socioambiental: Nosso propósito é valorizar as pessoas sem deixar ninguém para trás, simplificando e democratizando o acesso aos serviços financeiros para milhões de pessoas de forma inclusiva, transparente e com o pensamento digital visando a felicidade compartilhando com as partes interessadas. O Grupo DM entende que atuar com responsabilidade social é agir de maneira ética e transparente em todas as suas operações, valorizar e garantir a integração das dimensões social e ambiental e assume o compromisso com a responsabilidade socioambiental, na região de sua atuação, contribuindo para a melhora da qualidade de vida das comunidades, colaborando para o crescimento econômico consciente, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social, através de seus negócios e contribui para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando que os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. Auditoria e serviços de não auditoria: A Companhia informa que não possui nenhum vínculo com os auditores independentes ou qualquer parte relacionada a eles, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Agradecimentos: Agradecemos aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços. São José dos Campos, 17/03/2023. A Administração.</p>																																																																																															
<p>Balancos Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ativo</th> <th>2022</th> <th>2021</th> <th>Passivo</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Circulante</td> <td>138.312</td> <td>88.592</td> <td>Circulante</td> <td>5.294</td> <td>2.651</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes a caixa</td> <td>40</td> <td>6</td> <td>Recursos de Debêntures</td> <td>5.175</td> <td>2.446</td> </tr> <tr> <td>Ativos vinculados</td> <td>138.181</td> <td>88.446</td> <td>Obrigações por emissão de Debêntures</td> <td>5.175</td> <td>2.446</td> </tr> <tr> <td>Caixa Restrito</td> <td>7.504</td> <td>3.723</td> <td>Outras obrigações</td> <td>119</td> <td>205</td> </tr> <tr> <td>Direitos creditórios</td> <td>130.677</td> <td>84.723</td> <td>Adiantamento de recebíveis</td> <td>115</td> <td>205</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos</td> <td>91</td> <td>140</td> <td>Fornecedores</td> <td>4</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Impostos a Recuperar</td> <td>13</td> <td>13</td> <td>Não Circulante</td> <td>133.006</td> <td>86.000</td> </tr> <tr> <td>Despesas antecipadas</td> <td>78</td> <td>127</td> <td>Recursos de Debêntures</td> <td>133.006</td> <td>86.000</td> </tr> <tr> <td>Não Circulante</td> <td>228</td> <td>297</td> <td>Obrigações por emissão de Debêntures</td> <td>133.006</td> <td>86.000</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos</td> <td>228</td> <td>297</td> <td>Capital social</td> <td>100</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>Despesas antecipadas</td> <td>228</td> <td>297</td> <td>Reserva legal</td> <td>4</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Reserva especial</td> <td>21</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Reserva de lucros</td> <td>115</td> <td>113</td> </tr> <tr> <td>Total do ativo</td> <td>138.540</td> <td>88.889</td> <td>Total do passivo e do patrimônio líquido</td> <td>138.540</td> <td>88.889</td> </tr> </tbody> </table>						Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021	Circulante	138.312	88.592	Circulante	5.294	2.651	Caixa e equivalentes a caixa	40	6	Recursos de Debêntures	5.175	2.446	Ativos vinculados	138.181	88.446	Obrigações por emissão de Debêntures	5.175	2.446	Caixa Restrito	7.504	3.723	Outras obrigações	119	205	Direitos creditórios	130.677	84.723	Adiantamento de recebíveis	115	205	Outros ativos	91	140	Fornecedores	4	-	Impostos a Recuperar	13	13	Não Circulante	133.006	86.000	Despesas antecipadas	78	127	Recursos de Debêntures	133.006	86.000	Não Circulante	228	297	Obrigações por emissão de Debêntures	133.006	86.000	Outros ativos	228	297	Capital social	100	100	Despesas antecipadas	228	297	Reserva legal	4	4				Reserva especial	21	21				Reserva de lucros	115	113	Total do ativo	138.540	88.889	Total do passivo e do patrimônio líquido	138.540	88.889
Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021																																																																																										
Circulante	138.312	88.592	Circulante	5.294	2.651																																																																																										
Caixa e equivalentes a caixa	40	6	Recursos de Debêntures	5.175	2.446																																																																																										
Ativos vinculados	138.181	88.446	Obrigações por emissão de Debêntures	5.175	2.446																																																																																										
Caixa Restrito	7.504	3.723	Outras obrigações	119	205																																																																																										
Direitos creditórios	130.677	84.723	Adiantamento de recebíveis	115	205																																																																																										
Outros ativos	91	140	Fornecedores	4	-																																																																																										
Impostos a Recuperar	13	13	Não Circulante	133.006	86.000																																																																																										
Despesas antecipadas	78	127	Recursos de Debêntures	133.006	86.000																																																																																										
Não Circulante	228	297	Obrigações por emissão de Debêntures	133.006	86.000																																																																																										
Outros ativos	228	297	Capital social	100	100																																																																																										
Despesas antecipadas	228	297	Reserva legal	4	4																																																																																										
			Reserva especial	21	21																																																																																										
			Reserva de lucros	115	113																																																																																										
Total do ativo	138.540	88.889	Total do passivo e do patrimônio líquido	138.540	88.889																																																																																										
<p>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Capital social</th> <th>Reserva Legal</th> <th>Reserva Especial</th> <th>Reserva De Lucros</th> <th>Total do patrimônio líquido</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2020</td> <td>100</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>54</td> <td>154</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>84</td> <td>84</td> </tr> <tr> <td>Destinação sobre o lucro líquido:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>-</td> <td>4</td> <td>-</td> <td>(4)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Reserva especial</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>21</td> <td>(21)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2021</td> <td>100</td> <td>4</td> <td>21</td> <td>113</td> <td>238</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>2</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Destinação sobre o lucro líquido:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Reserva especial</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2022</td> <td>100</td> <td>4</td> <td>21</td> <td>115</td> <td>240</td> </tr> </tbody> </table>							Capital social	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva De Lucros	Total do patrimônio líquido	Saldos em 31 de dezembro de 2020	100	-	-	54	154	Lucro líquido do exercício	-	-	-	84	84	Destinação sobre o lucro líquido:						Reserva legal	-	4	-	(4)	-	Reserva especial	-	-	21	(21)	-	Saldos em 31 de dezembro de 2021	100	4	21	113	238	Lucro líquido do exercício	-	-	-	2	2	Destinação sobre o lucro líquido:						Reserva legal	-	-	-	-	-	Reserva especial	-	-	-	-	-	Saldos em 31 de dezembro de 2022	100	4	21	115	240																		
	Capital social	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva De Lucros	Total do patrimônio líquido																																																																																										
Saldos em 31 de dezembro de 2020	100	-	-	54	154																																																																																										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	84	84																																																																																										
Destinação sobre o lucro líquido:																																																																																															
Reserva legal	-	4	-	(4)	-																																																																																										
Reserva especial	-	-	21	(21)	-																																																																																										
Saldos em 31 de dezembro de 2021	100	4	21	113	238																																																																																										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2	2																																																																																										
Destinação sobre o lucro líquido:																																																																																															
Reserva legal	-	-	-	-	-																																																																																										
Reserva especial	-	-	-	-	-																																																																																										
Saldos em 31 de dezembro de 2022	100	4	21	115	240																																																																																										
<p>Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ações)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita operacional financeira</td> <td>3.054</td> <td>2.826</td> </tr> <tr> <td>Receita Líquida</td> <td>3.054</td> <td>2.826</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas operacionais</td> <td>-</td> <td>(13)</td> </tr> <tr> <td>Receitas/(Despesas) operacionais</td> <td>-</td> <td>(13)</td> </tr> <tr> <td>(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro</td> <td>3.054</td> <td>2.813</td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>22.814</td> <td>8.019</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>(25.866)</td> <td>(10.718)</td> </tr> <tr> <td>(=) Resultado Financeiro Líquido</td> <td>(3.052)</td> <td>(2.699)</td> </tr> <tr> <td>(=) Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</td> <td>2</td> <td>114</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda</td> <td>-</td> <td>(19)</td> </tr> <tr> <td>Contribuição social</td> <td>-</td> <td>(11)</td> </tr> <tr> <td>(=) Lucro líquido do período</td> <td>2</td> <td>84</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido por ação – R\$</td> <td>0,02</td> <td>0,84</td> </tr> </tbody> </table>							2022	2021	Receita operacional financeira	3.054	2.826	Receita Líquida	3.054	2.826	Outras despesas operacionais	-	(13)	Receitas/(Despesas) operacionais	-	(13)	(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	3.054	2.813	Receitas financeiras	22.814	8.019	Despesas financeiras	(25.866)	(10.718)	(=) Resultado Financeiro Líquido	(3.052)	(2.699)	(=) Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2	114	Imposto de renda	-	(19)	Contribuição social	-	(11)	(=) Lucro líquido do período	2	84	Lucro líquido por ação – R\$	0,02	0,84																																																
	2022	2021																																																																																													
Receita operacional financeira	3.054	2.826																																																																																													
Receita Líquida	3.054	2.826																																																																																													
Outras despesas operacionais	-	(13)																																																																																													
Receitas/(Despesas) operacionais	-	(13)																																																																																													
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	3.054	2.813																																																																																													
Receitas financeiras	22.814	8.019																																																																																													
Despesas financeiras	(25.866)	(10.718)																																																																																													
(=) Resultado Financeiro Líquido	(3.052)	(2.699)																																																																																													
(=) Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2	114																																																																																													
Imposto de renda	-	(19)																																																																																													
Contribuição social	-	(11)																																																																																													
(=) Lucro líquido do período	2	84																																																																																													
Lucro líquido por ação – R\$	0,02	0,84																																																																																													
<p>Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado líquido do período</td> <td>2</td> <td>84</td> </tr> <tr> <td>Outros resultados abrangentes</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total do resultado abrangente do período</td> <td>2</td> <td>84</td> </tr> </tbody> </table>							2022	2021	Resultado líquido do período	2	84	Outros resultados abrangentes	-	-	Total do resultado abrangente do período	2	84																																																																														
	2022	2021																																																																																													
Resultado líquido do período	2	84																																																																																													
Outros resultados abrangentes	-	-																																																																																													
Total do resultado abrangente do período	2	84																																																																																													
<p>Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fluxo de caixa das atividades operacionais</td> <td>2</td> <td>84</td> </tr> <tr> <td>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Ajustes por:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros provisionados sobre debêntures</td> <td>22.810</td> <td>7.890</td> </tr> <tr> <td>Resultado líquido ajustado</td> <td>22.812</td> <td>7.974</td> </tr> <tr> <td>(Aumento) diminuição em ativos operacionais:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa restrito</td> <td>(3.781)</td> <td>(707)</td> </tr> <tr> <td>Direitos creditórios</td> <td>(45.954)</td> <td>(44.080)</td> </tr> <tr> <td>Impostos a recuperar</td> <td>-</td> <td>(3)</td> </tr> <tr> <td>Despesas antecipadas</td> <td>118</td> <td>(424)</td> </tr> <tr> <td>Aumento (diminuição) em passivos operacionais:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Adiantamento de recebíveis</td> <td>(90)</td> <td>(2.678)</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>4</td> <td>(1)</td> </tr> <tr> <td>Impostos a recolher</td> <td>-</td> <td>(14)</td> </tr> <tr> <td>Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais</td> <td>(26.891)</td> <td>(39.933)</td> </tr> <tr> <td>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</td> <td>26.925</td> <td>39.913</td> </tr> <tr> <td>Emissão de debêntures</td> <td>47.006</td> <td>46.000</td> </tr> <tr> <td>Juros pagos sobre debêntures</td> <td>(20.081)</td> <td>(6.087)</td> </tr> <tr> <td>Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento</td> <td>26.925</td> <td>39.913</td> </tr> <tr> <td>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes a caixa</td> <td>34</td> <td>(20)</td> </tr> <tr> <td>No início do período</td> <td>6</td> <td>26</td> </tr> <tr> <td>No final do período</td> <td>40</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes a caixa</td> <td>34</td> <td>(20)</td> </tr> </tbody> </table>							2022	2021	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2	84	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	Ajustes por:			Juros provisionados sobre debêntures	22.810	7.890	Resultado líquido ajustado	22.812	7.974	(Aumento) diminuição em ativos operacionais:			Caixa restrito	(3.781)	(707)	Direitos creditórios	(45.954)	(44.080)	Impostos a recuperar	-	(3)	Despesas antecipadas	118	(424)	Aumento (diminuição) em passivos operacionais:			Adiantamento de recebíveis	(90)	(2.678)	Fornecedores	4	(1)	Impostos a recolher	-	(14)	Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	(26.891)	(39.933)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	26.925	39.913	Emissão de debêntures	47.006	46.000	Juros pagos sobre debêntures	(20.081)	(6.087)	Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	26.925	39.913	Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes a caixa	34	(20)	No início do período	6	26	No final do período	40	6	Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes a caixa	34	(20)																		
	2022	2021																																																																																													
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2	84																																																																																													
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-	-																																																																																													
Ajustes por:																																																																																															
Juros provisionados sobre debêntures	22.810	7.890																																																																																													
Resultado líquido ajustado	22.812	7.974																																																																																													
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:																																																																																															
Caixa restrito	(3.781)	(707)																																																																																													
Direitos creditórios	(45.954)	(44.080)																																																																																													
Impostos a recuperar	-	(3)																																																																																													
Despesas antecipadas	118	(424)																																																																																													
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:																																																																																															
Adiantamento de recebíveis	(90)	(2.678)																																																																																													
Fornecedores	4	(1)																																																																																													
Impostos a recolher	-	(14)																																																																																													
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	(26.891)	(39.933)																																																																																													
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	26.925	39.913																																																																																													
Emissão de debêntures	47.006	46.000																																																																																													
Juros pagos sobre debêntures	(20.081)	(6.087)																																																																																													
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	26.925	39.913																																																																																													
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes a caixa	34	(20)																																																																																													
No início do período	6	26																																																																																													
No final do período	40	6																																																																																													
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes a caixa	34	(20)																																																																																													
<p>Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 17 de março de 2023. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP 27.685/0-0 F SP Jonas Moreira Salles Contador CRC SP 295.315/0-4</p>																																																																																															

Dólar cai para R\$ 5,0584 em dia de ajustes, mas fecha semana com alta de 2,92%



Após três pregões consecutivos de alta firme, período em que acumulou valorização de 3,49%, o dólar encerrou a sessão de quinta-feira, 20, em queda de 0,55%, cotado a R\$ 5,0584, após oscilar cerca de cinco centavos entre mínima (R\$ 5,0373) e máxima (R\$ 5,0867). Investidores se escoraram no sinal predominante de baixa da moeda americana no exterior para ajustar posições e realizar lucros no mercado doméstico. Houve relatos de entrada de fluxo de exportadores, que aproveitaram a escalada recente da moeda para internalizar recursos.

Apesar do refresco hoje, o saldo semanal é negativo para a moeda brasileira. O dólar termina a semana de quatro dias úteis com valorização de 2,92% no mercado doméstico, o que reduziu as perdas no mês – que chegaram a superar 3% – para 0,20%. O real e o peso colombiano apresentaram o pior desempenho entre as divisas emergentes e de países exportadores de commodities no período.

Embora a semana tenha sido marcada por recuperação da moeda americana no exterior, com altas das taxas dos Treasuries em meio à diminuição de apostas de redução

de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco dos EUA) no segundo semestre, a alta do dólar no mercado doméstico é atribuída, sobretudo, à recomposição de prêmios de risco em razão do desconforto com o novo arcabouço fiscal.

Para o economista-chefe da JF Trust, Eduardo Velho, o saldo negativo de US\$ 3,8 bilhões do fluxo cambial total na semana passada (de 10 a 14 de abril) mostra que o recuo do dólar para a casa de R\$ 4,90 não era sustentável. “A fragilidade da regra fiscal e o seu risco não foram removidos.

IstoÉDinheiro

Publicidade Legal

DMCore Holding Financeira S.A.

CNPJ/MF nº 37.297.147/0001-03

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas, Clientes e Parceiros: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da DMCore Holding Financeira S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Contexto Organizacional:** A DMCore Holding Financeira S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de junho de 2020, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, tem por objeto a participação no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Na intenção de adquirir uma financeira, e em atendimento aos requisitos do regulador, o Grupo DM

constituiu a DMCore, uma holding financeira. Operação aprovada pelo Banco Central do Brasil e efetivada no 1.º semestre de 2022. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2023. **Operações:** A Companhia atua como investidora da financeira do Grupo DM, denominada DM Financeira CFI e tem como objetivo retomar as operações por meio de produtos e investir em processos inovadores com o emprego de tecnologias e atendimento ao regulador, garantindo, assim, um crescimento saudável e com maior rentabilidade. **Práticas contábeis:** As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Auditoria e serviços de não auditoria. **Auditoria e serviços de não auditoria:** A Companhia informa que não possui nenhum vínculo com os auditores independentes ou qualquer parte relacionada a eles, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Agradecemos aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços.

São José dos Campos, 24 de março de 2023.

Denis César Correia
Presidente

Ibovespa sobe 0,44%, aos 104,3 mil pontos, mas cede 1,80% na semana



O Ibovespa saiu dos 106 mil pontos na terça-feira, chegou a 103,9 mil na sessão de ontem, e fechou a semana de volta aos 104 mil. Assim, aprou a perda de semana mais curta a 1,80%, vindo de ganho de 5,41% na anterior, quando teve o maior avanço semanal desde o intervalo que precedeu o Natal, entre 19 e 23 de dezembro. Quinta, entre mínima de 103.086,98 e máxima de 104.615,18, fechou em leve alta de 0,44%, aos 104.366,82 pontos, após ter recuado 2,12% quarta. No mês, o índice limita o avanço a 2,44%, cedendo 4,89% no ano. O giro de hoje, mesmo com o vencimento de opções sobre ações, ficou em R\$ 23,7 bilhões, na véspera do feriado de Tiradentes.

Em semana pautada por certa frustração do mercado com o formato do arcabouço fiscal que enfim chegou ao Congresso, o Ibovespa devolveu parte do entusiasmo que o havia projetado acima dos 106 mil pontos na semana anterior, quando prevaleceu otimismo derivado de leituras mais fracas sobre a inflação, aqui e nos Estados Unidos, melhorando então a perspectiva dos investidores para as taxas de juros (Selic e Fed funds) no fechamento do ano.

Conhecido o arcabouço que passa a ser avaliado no Congresso, sem definição ainda do escopo de governo e oposição na hora do voto, as regras de exceção ao teto e a incerteza quanto ao potencial de arrecadação adicional para fundamentar gastos públicos lançaram os ativos brasileiros na defensiva ao longo desta semana. Lá fora, o período contou com declarações cautelosas de autoridades monetárias, nos Estados Unidos como na zona do euro, sem indicações de que cortes nas taxas de juros estejam a caminho. IstoéDinheiro

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	26	10	72	10	Depósitos	-	-	2.429	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	11.771	-	Fornecedores	-	-	34	-
Contas a receber	-	-	2	-	Mútuo a pagar	2.264	-	2.264	-
Contas vinculadas	4.256	-	4.256	-	Tributos e contribuições sociais	-	-	537	-
Tributos e contribuições a recuperar	12	-	13	-	Salários e encargos sociais	-	-	96	-
Outros créditos	-	-	82	-	Dividendos a pagar	249	-	249	-
	4.294	10	16.196	10	Outras contas a pagar	64	-	557	-
Não circulante						2.577		6.166	
Outros créditos	1.101	-	-	-	Não circulante				
Créditos tributários	-	-	5.637	-	Provisões para contingências	-	-	43	-
Investimentos	9.837	-	19	-				43	
	10.938		5.656		Patrimônio líquido				
Total do ativo	15.232	10	21.852	10	Capital social	11.930	-	10.144	10

Lucro (prejuízo) do exercício	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) do exercício	997	(12)	3.672	(12)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	997	(12)	3.672	(12)

Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	10	-	-	-	-	(8)	2
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	20	-	-	-	-	20
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	10	20	-	-	-	(20)	10
Saldo em 01 de janeiro de 2022	10	20	-	-	-	(20)	10
Aumento de capital	11.920	-	-	-	-	-	11.920
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(20)	-	-	-	-	(20)
Ágio aquisição de ações de não controladores	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	997	997
Destinação de lucros	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	50	-	-	(50)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	678	(678)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(249)	(249)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.930	-	50	(3)	678	-	12.655
Mutação do exercício	11.920	(20)	50	(3)	678	20	12.645

Lucro (prejuízo) líquido por lote de Mil Ações (em R\$)	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido por lote de Mil Ações (em R\$)	0,08	(1,22)	0,31	(1,22)

Fluxo de caixa de atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais	997	(12)	3.672	(12)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	997	(12)	3.672	(12)
Amortização de custos de transação na emissão de instrumentos de captação	-	-	1	-
Despesas incorridas de captação	-	-	63	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.101)	-	-	-
Resultado líquido ajustado (Aumento) diminuição em ativos operacionais:	(104)	(12)	1.080	(12)
Contas a receber	-	-	(2)	-
Contas vinculadas	(4.256)	-	(4.256)	-
Tributos e contribuições a recuperar	(12)	-	(13)	-
Outros créditos	-	-	(5.719)	-
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:	(1)	34	(1)	(1)
Fornecedores	-	-	633	-
Tributos e contribuições sociais	61	-	440	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(4.207)	(1)	(8.883)	(1)
Impostos pagos sobre lucro	-	-	(783)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais	(4.311)	(13)	(8.586)	(13)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(9.837)	-	4.019	-
Alienação de imobilizado de uso	-	-	4.000	-
Outros investimentos	-	-	19	-
Aquisição de participação societária (9.837)	-	-	-	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	(9.837)	-	4.019	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	11.900	-	-	-
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	11.900	-	-	-
Recursos provenientes de aporte para futuro aumento de capital	-	20	-	20
Recursos provenientes de novos mútuos	2.264	-	2.264	-
Recursos provenientes de emissão de instrumentos de captação	-	-	2.382	-
Custos de transação sobre emissão de instrumentos de captação	-	-	(17)	-
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	14.164	20	4.629	20
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	16	7	62	7
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10	3	10	3
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	26	10	72	10
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	16	7	62	7

Tharik Camocardi de Moura
CFO e Relação com Investidores

Carolina Camacho de Paula
Contadora CRC 1SP 317.067/0-7

Bruno Pascele Piva
Controller CRC 1SP 267.093/0-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **DMCore Holding Financeira S.A.**, São José dos Campos-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **DMCore Holding Financeira S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **DMCore Holding Financeira S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos – Exercício anterior não auditado/revisto:** Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia

e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance plane-

jado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 276.85/0-0 F SP

Jonas Moreira Salles
Contador
CRC SP 295.315/0-4

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Petróleo recua mais de 2%, estendendo perdas em meio a temores sobre recessão e demanda



O petróleo fechou em queda de mais de 2%, estendendo as perdas acumuladas na semana em meio à cautela nos mercados renovada pela perspectiva de mais aperto monetário na zona do euro e nos EUA, que reacendem os temores de recessão.

O petróleo WTI para junho fechou em queda de 2,36% (US\$ 1,87), a US\$ 77,37 por barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para junho recuou 2,43% (US\$ 2,02), a US\$ 81,10 por barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

O avanço acima do esperado nos pedidos de auxílio-desemprego dos EUA e novas falas de dirigentes do Federal Reserve (Fed) sinalizando que o aperto monetário no país ainda não chegou ao fim se somaram às indicações no mesmo sentido dadas pela ata da reunião mais recente do Banco Central Europeu (BCE), divulgada nesta manhã, no que se refere à zona do euro. O quadro, potencializado por alguns balanços corporativos aquém do esperado, desencadeou uma onda vendadora nos mercados, que atingiu também as commodities.

Analista da Oanda, Edward Moya avalia que o petróleo foi “massacrado” diante dos cenários desapontadores aliados a preocupações de que a demanda da China pode não ser tão robusta quanto o previsto. “A China ainda pode precisar relaxar e, até que isso aconteça, os investidores podem não estar totalmente otimistas sobre as perspectivas para o país”, observa.

Em relatório, o Danske Bank aponta que a tendência de baixa nos preços da commodity também pode ser efeito de novas vendas das reservas estratégicas (SPR) dos EUA.

IstoéDinheiro

North Corp. Holding S.A.					
CNPJ/MF nº 43.961.830/0001-98					
Relatório da Administração					
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 07 de abril de 2023. A Administração					
Balanco Patrimonial levantado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$)		Demonstrações dos Resultados levantado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$)		Demonstrações dos Fluxos de Caixa levantado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$)	
Ativo	2022	2021	(+/-) Despesas/receitas operacionais	2022	2021
Circulante			Gerais e administrativas	(5)	-
Caixa e equivalentes de caixa	3	10	(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	(5)	-
Adiantamentos a fornecedores	4	10	Despesas financeiras	(1)	-
	4	10	(=) Resultado financeiro líquido	(1)	-
Total do ativo	2022	2021	(=) Resultado antes do IRPJ e contribuição social	(6)	-
Passivo e patrimônio líquido			(-) Imposto de Renda	-	-
Patrimônio líquido			(-) Contribuição Social	-	-
Capital social	10	10	(=) Resultado do exercício	(6)	-
Prejuízos acumulados	(6)	10			
	4	10			
Total do passivo e do patrimônio líquido	2022	2021			
	4	10			
Demonstrações dos Resultados Abrangentes levantado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$)		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido levantado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$)			
Resultado do exercício	2022	2021		Capital social	Lucros/Prejuízos
Outros resultados abrangentes	(6)	-		social	Acumulados
Total do resultado abrangente do exercício	(6)	-		Total	
			Saldo em 21 de outubro de 2021	10	- 10
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	10	- 10
			Resultado do exercício	-	(6) (6)
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	10	(6) 4
			Mutação do exercício	-	(6) (6)

Tusta Tecnologia e Meios de Pagamento S.A.					
CNPJ/MF nº 40.316.750/0001-91					
Relatório da Administração					
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. São José dos Campos, 07 de abril de 2023. A Administração					
Balancos Patrimoniais – Levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais – R\$)		Passivo e patrimônio líquido		Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais – R\$)	
Ativo	2022	2021	2022	2021	2022
Circulante			Circulante		2021
Caixa e equivalentes de caixa	216	547	Fornecedores	133	70
Contas a receber	476	19	Impostos a recolher	7	3
Impostos a Recuperar	123	48	Empréstimos e financiamentos	531	501
Outros créditos	21	1	Outras contas a pagar	-	33
	836	615	Patrimônio líquido	671	574
Não Circulante			Capital social	2.847	1.100
Imobilizado	22	14	Prejuízos acumulados	(2.660)	(1.078)
	22	14	Total do passivo e do patrimônio líquido	187	22
Total do ativo	858	629		858	596
Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais – R\$)		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais – R\$)			
Receita líquida de serviços	2022	2021	Capital social	Adiantamento para futuro aumento capital	Prejuízos Acumulados
(-) Custo dos serviços prestados	(1.444)	(956)	100	-	-
(=) Prejuízo bruto	(1.404)	(943)	-	1.000	-
(+/-) Despesas/receitas operacionais			-	-	(1.078)
Gerais e administrativas	(365)	(131)	-	-	(1.078)
Outras receitas e despesas operacionais	(3)	(1)	-	-	(1.078)
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(1.772)	(1.075)	-	-	(1.582)
			-	-	(1.582)
Saldo em 07 de janeiro de 2021	100	100	-	-	1747
Adiantamento para futuro aumento capital	-	-	-	-	1.747
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100	1.000	-	-	(1.582)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	100	1.000	-	-	187
Integralização de capital	1.000	(1.000)	-	-	(1.582)
Adiantamento para futuro aumento capital	-	-	-	-	165
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.100	1.747	-	-	187
Mutação do exercício	1.000	747	-	-	(1.582)

YS Holding S.A.					
CNPJ/MF nº 40.676.193/0001-10					
Relatório da Administração					
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. São José dos Campos, 07 de abril de 2023. A Administração					
Balanco Patrimonial – Levantado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$)		Passivo e patrimônio líquido		Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Levantado no exercício findo em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$)	
Ativo	2022	2021	2022	2021	2022
Circulante			Circulante		2021
Caixa e equivalentes de caixa	9	16	Fornecedores	1	-
Estoques	810	-	Capital social	10	30
	819	16	Aporte para futuro aumento de capital	1.217	-
Não Circulante			Prejuízos acumulados	(36)	(14)
Investimentos	330	-	Total do passivo e do patrimônio líquido	1.191	16
Imobilizado	43	-		1.192	16
	373	-			
Total do ativo	1.192	16			
Demonstrações dos Resultados – Levantado no exercício findo em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$)		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Levantado no exercício findo em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$)			
(+/-) Despesas/receitas operacionais	2022	2021		Capital social	Lucros/Prejuízos
Gerais e administrativas	(21)	(13)		10	- 10
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	(21)	(13)		20	20
Despesas financeiras	(1)	(1)		-	(14) (14)
(=) Resultado financeiro líquido	(1)	(1)		-	(14) (14)
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	(22)	(14)		-	1.197 30
(-) Imposto de Renda	-	-		-	1.197 30
(-) Contribuição Social	-	-		-	(7) 16
(=) Resultado do exercício	(22)	(14)		-	(7) 16
Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Levantado no exercício findo em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$)	2022	2021		-	16 -
Resultado do exercício	(22)	(14)		-	9 16
Outros resultados abrangentes	-	-		-	(7) 16
Total do resultado abrangente do exercício	(22)	(14)		-	(7) 16

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br
Para a versão online do jornal acesse nosso site:
www.datamercantil.com

Publicidade Legal

Fischer S.A. Agroindústria

CNPJ nº 52.311.529/0001-20

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas notas explicativas de forma resumida, ficando a disposição para os esclarecimentos necessários, inclusive para apresentação das demonstrações financeiras na íntegra. Matão - SP, 03 de abril de 2023. **A Administração.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo						
Circulante	394.600	531.415				
Caixa e equivalentes de caixa	178.021	333.969				
Títulos e valores mobiliários	14.954	39.772				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	52.459	37.324				
Estoques	109.278	58.956				
Ativo biológico	29.524	55.751				
Tributos a recuperar	3.561	920				
Tributos sobre o lucro a recuperar	3.458	485				
Partes relacionadas	3.345	4.238				
Não circulante	299.349	287.015				
Realizável a longo prazo	127.909	132.195				
Títulos e valores mobiliários		12.461				
Tributos a recuperar	51.505	54.638				
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.613	5.798				
Depósitos judiciais	5.878	5.503				
Tributos diferidos	62.913	53.795				
Direito de uso de ativos	53.592	51.871				
Ativo biológico	855	992				
Imobilizado	116.173	100.860				
Intangível	820	1.097				
Total do ativo	693.949	818.430				
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	275.952	436.319				
Fornecedores e outras obrigações	150.834	158.836				
Tributos a recolher	1.328	1.302				
Partes relacionadas	121.982	274.533				
Passivo de bens arrendados	1.808	1.648				
Não circulante	84.302	73.661				
Passivo de bens arrendados	55.154	51.851				
Provisão para contingências	29.148	21.810				
Total do passivo	360.254	509.980				
Patrimônio líquido	333.695	308.450				
Capital social	299.470	299.470				
Reservas de lucros	34.225	8.980				
Total do passivo e patrimônio líquido	693.949	818.430				

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		
	2022	2021	2022	2021
Receita líquida das vendas e serviços prestados				
Venda de produtos	470.877	377.789		
Serviços prestados	163	347		
Custos dos produtos vendidos	(334.923)	(296.715)		
Custos dos serviços prestados	(75)	(173)		
Var. do valor justo dos ativos biológicos	(32.921)	(12.712)		
Lucro bruto	103.121	68.536		
Despesas com vendas	(16.518)	(17.988)		
Despesas gerais e administrativas	(45.464)	(46.401)		
Outras receitas (despesas) operac., liq.	(6.672)	5.460		
Lucro operacional	34.467	9.607		
Receitas financeiras	25.658	20.209		
Despesas financeiras	(6.827)	(5.562)		
Variações cambiais, líquidas	10.201	(11.062)		
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	148	2.922		
Resultado financeiro	29.180	6.507		
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	63.647	16.114		
Imposto de renda e contribuição social	(16.402)	(7.195)		
Lucro líquido do exercício	47.245	8.919		
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente do exercício	47.245	8.919		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	47.245	8.919
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	47.245	8.919

1. Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Fischer S.A. Agroindústria ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Matão, Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividade preponderante a formação e exploração de lavouras de maçãs, produção de suco concentrado de maçã, bem como seus subprodutos. O parque industrial da Companhia está situado nas cidades de Fraiburgo e Videira, Estado de Santa Catarina. A Companhia é diretamente controlada pela 4F Capital N.V., empresa sediada em Curaçao. As operações da Companhia são realizadas no contexto do Grupo Fischer ("Grupo"), na qual parte de seus produtos é destinada ao mercado externo, sendo as vendas no exterior realizadas por intermédio da empresa ligada Citrosuco Trading N.V., cujo transporte marítimo é efetuado por navios de propriedade de outras empresas ligadas. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas pela diretoria e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 03 de abril de 2023. 1.2 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, quando aplicável, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da diretoria no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. A responsabilidade pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, compete à diretoria da Companhia. O Conselho de Administração é responsável pela supervisão e governança. 1.3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: (a) Conflito internacional entre Rússia e Ucrânia: A Companhia continua monitorando os possíveis impactos diretos e indiretos relacionados ao conflito no leste europeu, entre a Rússia e a Ucrânia como a inflação causada pelo aumento do preço de petróleo, alimentos, escassez de energia do mercado europeu e interrupção no fornecimento de fertilizantes. Os derivados do petróleo geram produtos químicos, e a Rússia é o segundo maior produtor de petróleo do mundo, sendo um importante exportador de insumos para fertilizantes, como nitrato, fósforo e potássio. Os fatores citados acima geraram uma alta no preço dos fertilizantes e causaram impacto no aumento dos custos e despesas atrelados aos derivados do petróleo e o aumento no valor dos estoques de material de consumo. Apesar desse aumento, até o presente momento a diretoria da Companhia não identificou impactos significativos em suas operações, mantendo suas previsões de produção, vendas e expedição de seus produtos, que fazem parte da cadeia de abastecimento de itens relacionados ao segmento alimentício. Em 2021 a Companhia efetuou venda de maçã para a Rússia no valor de USD 2.770 mil. Foi uma venda ocasional, a Companhia não possuía, até então, histórico de transações com nenhum dos dois países envolvidos no conflito. A partir de 2022 a Companhia não efetivou transações com nenhum dos dois países envolvidos no conflito. Os efeitos do conflito, não tiveram reflexos significativos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. (b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Companhia está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de horas de frio prolongadas ou insuficientes, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. 2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas

trimestralmente, ou, em casos especiais, podendo ser revisados periodicamente de acordo com a conjuntura de mercado. Segue abaixo quadro de alocação da carteira:

Rating	Alocação por instituição de carteira	Limite máximo (% Recursos)	Limite sobre PL da instituição
A ou equivalente	de crédito	40%	20%
BBB ou equivalente	Baixo risco de crédito	10%	10%

Companhia tem 100% da carteira alocada em instituições com Rating A ou superior, portanto, a diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. Há, também, risco de crédito relativo a exposições a clientes, incluindo recebíveis e operações compromissadas. Os limites de risco de crédito individuais são definidos em base a avaliações internas e classificações externas, análise de balanço e histórico do cliente. A utilização de limites de crédito é monitorada periodicamente. Concentrações de risco de crédito em relação aos recebíveis comerciais são limitadas devido ao grande número de clientes tradicionais da Companhia, os quais estão distribuídos por diferentes localizações geográficas, cobrindo os negócios de fabricação e distribuição e atuando em grande variedade de mercados. Devido a esses fatores, a diretoria acredita que não haja risco de crédito adicional, além dos montantes provisionados para as perdas de cobrança inerentes aos recebíveis da Companhia. (d) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou volume entre os pagamentos e recebimentos previstos. O processo de gerenciamento das políticas de risco de liquidez também consiste na fixação de limites para contrapartes, na elaboração de cenários de estresse, revisão de estratégias e consistência da alocação de capital. A Companhia opera com um nível de liquidez considerado adequado às suas operações e utiliza operações entre partes relacionadas para fazer face às obrigações de curto prazo, quando necessário. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Fornecedores e outras obrigações excluindo salários	2023	2024	2025	Após 2025	Total
salários	132.127	-	-	-	132.127
Partes relacionadas	121.982	-	-	-	121.982
Passivo de bens arrend.	6.885	6.551	6.551	94.228	114.215
Passivos financeiros	260.994	6.551	6.551	94.228	368.324

(e) Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade: Tendo em vista a natureza das operações da Companhia, a diretoria entende que existe exposição inerente a riscos relacionados com as mudanças climáticas. Os ativos biológicos, que são mensurados ao valor justo e os ativos imobilizados, podem ser impactados por mudanças climáticas, às quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a diretoria considerou os principais dados e premissas de riscos destacados a seguir: (i) Eventuais impactos na determinação do valor justo nos ativos biológicos em virtude de efeitos de mudanças climáticas. A falta ou excesso de chuva e horas insuficientes de frio para a fruticultura, podem impactar em algumas premissas utilizadas em estimativas contábeis relacionadas com os ativos biológicos da Companhia, como por exemplo: • Perdas de ativos biológicos devidos a impactos oriundos de maior presença e resistência de pragas e outras doenças; • Interrupção na cadeia produtiva por eventos climáticos adversos; • Escassez de recursos hídricos na indústria; embora as unidades da Companhia sejam conscientes e eficientes no uso da água, há planos de contingência para todas as unidades afetadas por eventual escassez e planos de ação para enfrentamento de eventual crise hídrica; (ii) Mudanças estruturais na sociedade e seus impactos nos negócios, tais como: • Reputacionais: relacionados a mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para com o meio ambiente. 3.2 Gestão da agenda ESG: O ano de 2022 foi marcado pela definição de estratégias, manutenção de ações já iniciadas e implementação de compromissos com a Governança Ambiental, Social e Corporativa. As ações sociais a respeito de diversidade e inclusão trouxeram um envolvimento em todos os níveis hierárquicos da Companhia, culminando com a criação do Comitê de Diversidade e Inclusão que conta com 29 participantes, e que é responsável pelo acompanhamento da implantação do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência e reabilitados do INSS. A Companhia também ampliou a manutenção de estratégias de proteção e preservação do meio ambiente e iniciou em dezembro de 2022 um estudo para implantação de políticas de gestão de governança fiscal. 3.3 Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio baseado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos seus índices de avanço financeira. Estes índices correspondem substancialmente à dívida líquida, que por sua vez, corresponde ao total de operações com partes relacionadas e aos passivos de bens arrendados (ambos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Total das operações financeiras com partes relacionadas 121.982 274.533 Total do passivo de bens arrendados 56.962 53.499 Menos: caixa e equivalentes de caixa (178.021) (333.969) Menos: títulos e valores mobiliários (14.954) (52.233) Dívida líquida (14.031) (58.170) Total do patrimônio líquido 333.695 308.450 Total do capital 319.664 250.280 Índice de avanço financeira - % -

3.4 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e demais contas a receber, depósitos judiciais, partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e passivos de arrendamentos, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de ativos financeiros, estejam próximos de seus valores justos. Abaixo a Companhia classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o valor justo dos ativos biológicos foi classificado no nível 3 da hierarquia do valor justo. Não há outros ativos e passivos mensurados ao valor justo.

DIRETORIA		Ney Olivo Araldi	
CONTADOR		Marcelo Henrique Soares - CRC nº 1SP235476/O-3	

Hidroviás do Brasil – Marabá S.A.

CNPJ/MF nº 13.611.481/0001-13 – NIRE 35.300.393.406

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de abril de 2023

Data, Horário e Local: Aos 05/04/2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, conjunto 72, Pinheiros, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Foram dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da única acionista da Companhia representando a totalidade de seu capital social. **Mesa:** Presidente: Fabio Abreu Schettino; Secretário: Guilherme Tourinho Brandi. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre aumento do capital social da Companhia e a consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** (i) Aprovar o aumento do capital social da Companhia, atualmente de R\$ 20.360.000,00 dividido em 20.360.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal para R\$ 20.410.000,00 dividido em 20.410.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Um aumento, portanto, no valor de R\$50.000,00, mediante a emissão de 50.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em tudo igual as atualmente existentes, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação. As ações ora emitidas serão integralizadas nesta data pela única acionista da Companhia, nos termos do boletim de subscrição que integra a presente ata como “Anexo I”. Em decorrência da deliberação acima aprovada, o caput do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: “Artigo 4º. O capital social subscrito é de R\$ 20.410.000,00 dividido em 20.410.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.” Em virtude do acima exposto, o Estatuto Social da Companhia devidamente consolidado passa a vigorar com a redação constante do “Anexo II” a presente Ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ata, sendo lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 05/04/2023. **Mesa:** Fabio Abreu Schettino – Presidente; Guilherme Tourinho Brandi – Secretário. **Acionista:** Hidroviás do Brasil S.A., Fabio Abreu Schettino – Diretor; Gleize Franceschini Gealh – Diretora. **Anexo II. Estatuto Social Consolidado. Nome e Duração.** Artigo 1º. Hidroviás do Brasil – Marabá S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores (“Lei das S.A.”). **Sede Social.** Artigo 2º. A Companhia tem sua sede social e foro legal na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, conjunto 72, Pinheiros, CEP 05416-000, podendo abrir filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria ou da Assembleia Geral. **Objeto Social.** Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social a construção, operação e exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Marabá, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia, acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento. **Capital Social.** Artigo 4º. O capital social subscrito é de R\$ 20.410.000,00 dividido em 20.410.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. § 1º. O capital social subscrito e (a) não integralizado pelos acionistas deverá ser pago nos termos e condições estabelecidos nos respectivos boletins de subscrição, mediante chamada da Assembleia Geral. **Artigo 5º.** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social mediante a emissão de até 30.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, por deliberação da Assembleia Geral e independentemente de reforma estatutária, nos termos do Artigo 168 da Lei das S.A. § 1º. Na emissão de ações, dentro do limite do capital autorizado, a Assembleia Geral fixará: (a) a quantidade de ações; (b) o preço da emissão; e (c) as demais condições de subscrição e integralização, nos termos da Lei das S.A. § 2º. O aumento de capital mediante integralização em bens dependerá de aprovação específica da Assembleia Geral, nos termos da Lei das S.A. § 3º. A Companhia também poderá emitir bônus de subscrição, observado o limite do capital autorizado, mediante deliberação da Assembleia Geral. § 4º. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. **Ações.** Artigo 6º. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 7º.** Todas as ações da Companhia serão nominativas. A propriedade das ações será comprovada pelo registro das ações em nome de cada acionista no livro próprio. **Assembleia Geral de Acionistas.** Artigo 8º. Com a competência prevista em lei e neste Estatuto Social, as Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais serão presididas por qualquer um dos Diretores, que deverá indicar, dentre os presentes, o Secretário. **Artigo 10.** Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro próprio com 1 dia útil de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral. § Único. Os acionistas poderão ser representados por procuradores, nos termos da Lei das S.A., devendo apresentar a qualquer um dos Diretores cópia da respectiva procuração com pelo menos 1 dia útil de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral. **Administração da Companhia.** Artigo 11. A administração da Companhia compete somente à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. § 1º. Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. § 2º. A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global dos Diretores e a sua distribuição. **Artigo 12.** Além daquelas previstas na Lei das S.A., as seguintes matérias deverão ser objeto de deliberação em Assembleia Geral: (i) fixação da orientação geral dos negócios da Companhia e aprovação do plano de negócios, que deverá conter o orçamento e o detalhamento dos objetivos e estratégias de negócios para o período em questão (“Plano”); (ii) fixação e alteração da remuneração individual, dos benefícios indiretos e dos demais incentivos dos Diretores, observado o limite global de remuneração estabelecida anteriormente pela Assembleia Geral, (iii) aprovação de planos de participação de lucros, bem como estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios dos Diretores e da Companhia; (iv) aquisição ou alienação de participação em outras sociedades; (v) determinação do voto da Companhia em qualquer reunião ou assembleia de qualquer sociedade na qual a Companhia detenha participação direta; (vi) chamadas de capital, dentro do limite do capital social subscrito; (vii) emissão de ações ordinárias, bônus de subscrição ou títulos conversíveis

em ações, respeitado o limite previsto no Artigo 5º acima, e determinação dos termos e condições de cada emissão; e (viii) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real. **Diretoria.** **Artigo 13.** A Diretoria será composta por 2 a 5 Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por esse destituíveis a qualquer tempo, sendo todos os Diretores sem designações específicas. § 1º. Os Diretores serão eleitos pelo prazo de mandato de 2 anos, sendo admitida a reeleição. § 2º. Findos os seus mandatos, poderão ser nomeados novos Diretores por meio de deliberação aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas. Caso o quorum de aprovação não seja alcançado, os Diretores então empossados serão considerados automaticamente reeleitos para o exercício de novo mandato de 2 anos. **Artigo 14.** Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, inclusive aqueles previstos no eventual plano de negócios aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social. **Artigo 15.** A Companhia considerará-se obrigada quando representada: (i) por 2 Diretores em conjunto; (ii) por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática de quaisquer atos em valor de até R\$1.000.000,00 em uma única operação; ou (iii) por 1 só Diretor ou 1 procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática dos seguintes atos: a) de representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes, nas Assembleias Gerais de acionistas ou reuniões de sócios das sociedades nas quais a Companhia participe, bem como nas Assembleias ou reuniões de entidades de direito privado nas quais a Companhia participe como patrocinadora, membro fundador ou simplesmente membro participante; b) de endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia, independentemente do valor; c) de representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho; para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados; e para acordos trabalhistas; e d) para a prática de quaisquer atos em valor de até R\$500.000,00 em uma única operação. § 1º. As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e salvo aquelas previstas no Parágrafo Segundo deste Artigo, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 ano. § 2º. As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas. **Conselho Fiscal.** **Artigo 16.** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante solicitação dos Acionistas, conforme previsto em lei. **Exercício Social e Lucros.** **Artigo 17.** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que deverão ser preparados o balanço e as demais demonstrações financeiras previstas em lei. § 1º. Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. § 2º. Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% do respectivo lucro líquido, ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. § 3º. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, que poderá, por proposta da Diretoria: (i) deliberar reter parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das S.A.; e (ii) destinar a totalidade ou parcela do lucro remanescente às reservas estatutárias previstas no presente Estatuto Social, nos termos do Artigo 194 da Lei das S.A. **Artigo 18.** Adicionalmente às reservas legalmente previstas, a Companhia terá as seguintes reservas de lucros: (i) Reserva para Investimentos, cujos recursos serão destinados à realização de investimentos relacionados ao objeto social da Companhia e à expansão de suas atividades, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de Reserva para Investimentos não poderá ultrapassar 50% do capital social. (ii) Reserva de Capital de Giro, cujos recursos serão destinados a suprir as necessidades de capital operacional da Companhia, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de Reserva de Capital de Giro não poderá ultrapassar 50% do capital social. **Artigo 19.** A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os ao dividendo obrigatório. **Artigo 20.** A Assembleia Geral poderá declarar e pagar, a qualquer tempo durante o exercício social, dividendos intermediários a conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes nos exercícios sociais precedentes, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício. **Artigo 21.** Observados os requisitos e limites legais, a Assembleia Geral poderá, ao final de cada trimestre ou semestre, com base em balanço intermediário específico, declarar e pagar dividendos periódicos a partir dos resultados verificados no trimestre ou semestre em questão, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício. **Artigo 22.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Dissolução e Liquidação.** **Artigo 23.** A Companhia será dissolvida e liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Juízo Arbitral.** **Artigo 24.** A Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada à aplicação, validade, eficácia, interpretação ou violação das disposições constantes neste Estatuto Social ou na Lei das S.A. § 1º. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quanto necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído. § 2º. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade desta cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes de seu Regulamento. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 146.481/23-9 em 14/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Bolsas de NY fecham em baixa, pressionadas por balanços e perspectivas para juros do Fed

As bolsas de Nova York fecharam em baixa nesta quinta-feira, 20, pressionadas por alguns balanços com indicações de dificuldades para a economia. Além disso, indicadores sugeriram a continuidade no aperto da política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) para lidar com a inflação, o que foi corroborado por uma série de declarações de dirigentes da autoridade, o que apontou para novas altas de juros.

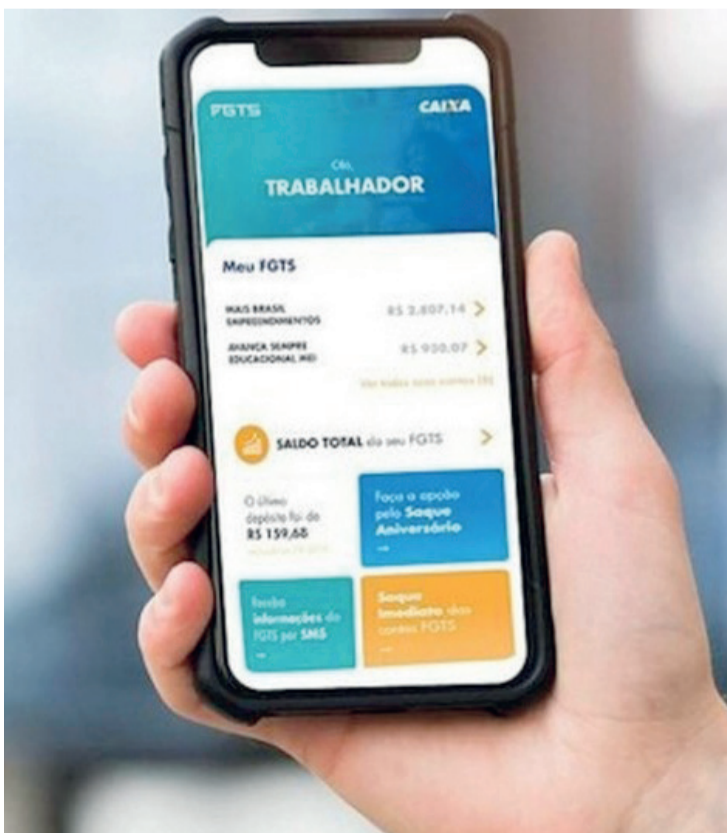
No fechamento, o Dow Jones caiu 0,33%, a 33.786,62 pontos; o S&P 500 cedeu 0,60%, a 4.129,79 pontos; o Nasdaq recuou 0,80%, a 12.059,56 pontos.

Para Edward Moya, analista da Oanda, as ações caíram pois os balanços e as evidências econômicas sugerem que o crescimento dos salários ainda é muito alto e manterá a inflação estável. Os resultados por si arrastaram as ações para baixo enquanto a Tesla (-9,75%) lida com seu problema de margem, a American Express (-1,0%) se prepara para perdas com empréstimos, aponta. AT&T despencou ainda 10,41%, seguindo a publicação de balanço.

Ainda no plano corporativo, segundo o Financial Times, a Meta planeja cortar mais de 10% de sua força de trabalho no Reino Unido e abandonar o novo hub do Instagram em Londres, enquanto o grupo de mídia social se retira da capital britânica em seu mais recente esforço de reestruturação. Os papéis da empresa recuaram 1,22%.

Cristiane Gercina/Folhapress

IstoéDinheiro

Barroso defende que FGTS tenha pelo menos a remuneração da poupança

O ministro Luís Roberto Barroso, relator da ação que discute a revisão do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) no STF (Supremo Tribunal Federal), defendeu que o dinheiro dos trabalhadores deve ter pelo menos a remuneração da poupança. “A remuneração do FGTS não pode ser inferior à caderneta”, disse, em seu voto favorável à correção durante julgamento na quinta-feira (20), em que se decidia se o índice de correção atual do FGTS é constitucional.

Para Barroso, não há direito constitucional à correção monetária para repor a inflação, mas o modelo atual de remuneração do FGTS “não é razoável”. Hoje, o dinheiro do FGTS tem juros de 3% ao ano mais correção pela TR, que rende próxima de zero.

O ministro limitou, entretanto, os efeitos da decisão. Para ele, a nova forma de atualização do fundo não deve ser retroativa e passaria a ser válida a partir da publicação

da ata de julgamento. O voto é por “estabelecer os efeitos dessa decisão a partir da publicação da ata de julgamento”, disse.

O julgamento foi suspenso pela ministra Rosa Weber após a apresentação dos votos de Barroso e do ministro André Mendonça e poderá ser retomado na quinta (27).

Na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade), os ministros discutem a possibilidade de substituir a TR por um índice inflação, que pode ser o IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Especial) ou o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), para repor as perdas dos trabalhadores.

Em seu voto, o ministro relator entendeu que o FGTS é “uma poupança do trabalhador com a promessa constitucional implícita” de que o profissional acumula o valor e, por fim, na demissão ou aposentadoria, poderá “desfrutar de alguma tranquilidade” ao resgatar o dinheiro.

Negócios

Amazon lança programa para identificar e rastrear falsificadores



A Amazon lançou o Anti-Counterfeiting Exchange (ACX), uma iniciativa para ajudar as lojas de varejo a rotular e rastrear produtos falsificados na plataforma como parte dos esforços da gigante do comércio eletrônico para reprimir a pirataria em sua plataforma, anunciou a empresa na quinta-feira.

Os mercados online nos Estados Unidos, incluindo a Amazon, enfrentam obstáculos para manter falsificadores afastados de suas plataformas e produtos falsos fora de seus depósitos. O novo programa imita as iniciativas de

compartilhamento de dados do setor de cartões de crédito para encontrar golpistas e identificar suas táticas.

As lojas e os vendedores da Amazon podem contribuir anonimamente com informações e registros sinalizando os falsificadores para um banco de dados de terceiros ou usar o banco de dados para evitar fazer negócios com criminosos.

“Achamos que é fundamental compartilhar informações sobre falsificadores confirmados para ajudar toda a indústria a deter esses criminosos mais cedo”, disse Dharmesh Mehta, vice-presidente de serviços de parcei-

ros de vendas da Amazon, em comunicado.

A gigante do varejo conduziu a iniciativa antifalsificação em 2021 com um número não revelado de lojas de vestuário, artigos para o lar e cosméticos, onde a prática é mais comum.

Como parte de outros esforços, a empresa também está trabalhando com a Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA em um piloto de dados que ajuda a empresa a identificar e direcionar remessas de comércio eletrônico de baixo valor que podem ser produtos falsificados ou violar outros regulamentos.

IstoÉDinheiro

Shein nasceu como site de vestidos de noiva e virou fenômeno do fast fashion; conheça

SHEIN



A Shein, plataforma de fast fashion online, comprometeu-se na quarta-feira (20) a investir diretamente em fábricas no Brasil para produzir em território nacional os mesmos produtos que comercializa em seu site.

O compromisso assumido com o governo é o de fazer aportes que possibilitem a criação de 100 mil empregos no país. Dirigentes da Shein prometeram ao Ministério da Fazenda nacionalizar, no período de quatro anos, 85% das mercadorias que vendem aos brasileiros.

“Os produtos serão feitos no Brasil. É muito importante para nós que eles vejam o país não só como mercado consumidor, mas como uma economia de produção”, afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo o

Renault escolhe bancos para IPO da unidade de carros elétricos Ampere, diz fonte

A Renault escolheu o BNP Paribas, Goldman Sachs e JPMorgan entre os bancos de investimento destinados a trabalhar na listagem planejada de sua unidade de carros elétricos, a Ampere, disse uma fonte próxima ao assunto na quinta-feira.

Os três bancos atuarão juntos como coordenadores globais na oferta pública inicial (IPO) da Ampere, disse a fonte.

Citigroup, HSBC, Morgan Stanley, Natixis e Société Générale atuarão como bancos coordenadores, disse a fonte, acrescentando que o Mediobanca será o gerente co-líder.

A Bloomberg foi a pri-

meira a noticiar os nomes dos bancos de investimento no IPO da Ampere.

A Renault pretende listar a Ampere em Paris este ano, dependendo das condições do mercado. Fontes disseram que a unidade pode ser avaliada em até 10 bilhões de euros.

A direção da montadora francesa ainda não divulgou uma avaliação para a unidade, dizendo que cabe ao mercado fazê-lo.

Os bancos envolvidos se recusaram a comentar ou não comentaram imediatamente. A Renault se recusou a comentar sobre os nomes ou funções dos bancos escolhidos para a listagem planejada.

IstoÉDinheiro



ministro, a Shein também se comprometeu a aderir ao plano de conformidade da Receita Federal. Em contrapartida, disse, a varejista exigiu que a regra valha para todos.

A marca chinesa é hoje a maior marca de fast fashion do mundo. Sua popularidade disparou na pandemia ao oferecer um catálogo online de roupas a preços baixos, num momento de alta inflação do vestuário no Brasil.

Chinesa, mas com sede em Singapura, a Shein foi fundada em 2008 com um nome diferente, ZZKKO, pelo empresário Chris Xu. Em 2011, sob o nome SheInside, passou a ser conhecida como um site de venda de vestidos de noiva, embora vendesse outros tipos de roupa feminina.

A partir de 2012, passou a aumentar sua presença em países europeus e nas redes

sociais. O nome Shein (lê-se xi-in) só apareceu em 2015.

Entre 2020 e 2021, durante a pandemia, o valor da empresa dobrou. Foi de US\$ 15 bilhões para US\$ 30 bilhões, com uma receita anual de US\$ 10 bilhões, segundo a Bloomberg. Em abril de 2022, foi avaliada em US\$ 100 bilhões, maior que a H&M e a Zara juntas, de acordo com o The Wall Street Journal. Hoje é considerada a maior marca de fast fashion do mundo --está presente em cerca de 150 países e tem 10 mil colaboradores, entre próprios e terceiros.

Parte do sucesso se deve ao fato de que, ao longo dos últimos dez anos, a empresa desenvolveu sua própria cadeia de suprimentos, baseada em uma produção sob demanda que reduz o desperdício de estoque.

Folhapress